

# O TRABALHO DA MULHER NO MEIO RURAL

MARIA IGNEZ SILVEIRA PAULILO

Orientador: JOSÉ ALBERTINO R. RODRIGUES

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais Rurais

PIRACICABA  
Estado de São Paulo - Brasil  
Outubro, 1976

*Aos meus pais*

D E D I C O

## AGRADECIMENTOS

- A Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), que através do seu Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, representado na pessoa do Seu Chefe, Prof. Dr. Joaquim de Camargo Engler, possibilitou-me as condições necessárias para a realização do programa de Mestrado.
- A Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por me ter concedido bolsa de manutenção durante o período de obtenção de créditos.
- Ao Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) pelo financiamento da pesquisa realizada com o objetivo de levantar dados para a elaboração da Dissertação de Mestrado.
- Ao Instituto Paulista de Promoção Humana (IPPH) pelas facilidades que me concedeu durante o período de levantamento de dados feito em uma das áreas de sua atuação.
- Ao Prof. Dr. José Albertino Rosário Rodrigues, orientador desta Dissertação, pelas críticas e sugestões, de conteúdo e forma, sem as quais este trabalho jamais poderia ter sido feito.
- Ao Prof. Dr. Oriowaldo Queda pelo diálogo mantido durante todo o período de realização do curso de pós-graduação e, especialmente, pelas sugestões de conteúdo dadas ao trabalho de Dissertação, com contribuições não só importantes, mas fundamentais para a realização do mesmo.

- À Profa. Dra. Maria Ignez Guerra Molina pela colaboração dada durante a elaboração do Projeto de Dissertação e do questionário a ser aplicado, e pelo incentivo dado durante todo o período de realização do trabalho.
- Ao Prof. Dr. Rodolfo Hoffmann e ao Prof. Dr. Umberto de Campos pela orientação quanto ao tratamento estatístico dos dados levantados.
- À colega Marta Maria Correa Penteado pela colaboração no levantamento de dados e aos meus colegas de curso e indistintamente a todos os professores dos pós-graduação pelas orientações recebidas e diálogos mantidos durante quase três anos de convivência acadêmica.
- À Sra. Margaret P. Wagner e ao Prof. Dr. David Hansen, pela versão do resumo para o inglês.
- À Srta. Elenice Cazalata, funcionária da biblioteca, pela solicitude com que atendeu a todos os meus pedidos.
- Aos Srs. Wanderley Brajão, Lázaro Martins e Pedro Scardua, pelos serviços de datilografia e impressão.

## Í N D I C E

	Página
RESUMO .....	xi
1. INTRODUÇÃO .....	1
1.1. O problema e sua importância .....	1
1.2. Objetivos do trabalho .....	4
2. REVISÃO DE LITERATURA .....	6
3. METODOLOGIA .....	19
3.1. Hipóteses operacionais .....	19
3.2. Definição das variáveis .....	20
3.2.1. Variável independente .....	20
3.2.2. Variável dependente .....	25
3.2.3. Variáveis intervenientes .....	25
3.3. Caracterização da região .....	26
3.4. Amostragem .....	29
3.5. Testes estatísticos .....	36
4. ANÁLISE .....	37
4.1. Grau de capitalização das propriedades .....	37
4.1.1. Relações de trabalho .....	37
4.1.2. Acumulação de capital .....	41
4.1.3. Conclusão .....	51
4.2. O trabalho da mulher no meio rural .....	51
4.2.1. Trabalho doméstico .....	53
4.2.2. O trabalho produtivo no lar .....	53
4.2.3. A mulher e o trabalho no campo .....	57

	<b>Página</b>
4.2.4. A mulher volante .....	63
4.2.5. O não-trabalho da mulher .....	65
4.2.6. Concepção do trabalho da mulher no meio rural..	80
5. CONCLUSÕES .....	87
6. POSFÁCIO .....	92
7. SUMMARY .....	95
8. BIBLIOGRAFIA .....	97
ANEXOS .....	101

## LISTA DE TABELAS

Tabela		Página
1	Distribuição das propriedades por estratos de área no município e na amostra . . . . .	30
2	Porcentagem dos tipos de relações de produção mantida pelas diferentes categorias de entrevistados . . . . .	38
3	Distribuição percentual dos entrevistados por produto principal . . . . .	45
4	Distribuição percentual de mulheres que cuidam da horta por categoria do entrevistado . . . . .	54
5	Distribuição percentual das mulheres que tem horta e que cuidam dela por categoria do entrevistado . . . . .	55
6	Distribuição percentual das mulheres que cuidam dos animais por categoria do entrevistado . . . . .	56
7	Distribuição percentual das esposas que trabalham no campo por categoria do entrevistado . . . . .	57
8	Número de filhas e noras de 15 e mais anos que trabalham nos campos por categoria do entrevistado . . . . .	59
9	Distribuição percentual das mulheres que trabalham que o fazem em tempo integral . . . . .	62
10	Distribuição percentual das mulheres que não trabalham, de acordo com o motivo do não-trabalho . . . . .	66
11	Distribuição percentual das mulheres por idade da família e por categoria do entrevistado . . . . .	68
12	Distribuição das mulheres que tem filhos menores de 5 anos por categoria do entrevistado . . . . .	71
13	Distribuição percentual das mulheres por idade e categoria do entrevistado . . . . .	72

Tabela		Página
14	Distribuição percentual das mulheres por número de filhos e categoria do entrevistado . . . . .	73.
15	Distribuição percentual das mulheres por grau de escolaridade e categoria do entrevistado . . . . .	75
16	Distribuição percentual dos maridos por grau de escolaridade e categoria do entrevistado . . . . .	76
17	Distribuição percentual das mulheres por ascendência e categoria do entrevistado . . . . .	78
18	Distribuição percentual dos maridos por ascendência e categoria do entrevistado . . . . .	79

#### LISTA DE TABELAS (ANEXOS)

Tabela		Página
1	Diversificação Agrícola por categoria do entrevistado . .	102
2	Participação no mercado por categoria do entrevistado . .	102
3	Proveniência do consumo por categoria do entrevistado . .	103
4	Relações de produção por categoria do entrevistado . . .	103
4.1	Divisão ortogonal da Tabela 4 . . . . .	104
5	Relações de produção e categoria do entrevistado . . . .	105
6	Fonte de renda complementar por categoria do entrevistado.	106
6.1	Divisão ortogonal da Tabela 6 . . . . .	106



Tabela	Página	
7	Nº de mulheres que cuidam da horta por categoria do entrevistado . . . . .	107
7.1	Divisão ortogonal da Tabela 7 . . . . .	107
8	Mulheres que tem horta e que cuidam dela . . . . .	108
8.1	Divisão ortogonal da Tabela 8 . . . . .	108
9	Nº de mulheres que cuidam dos animais por categoria de entrevistado . . . . .	109
9.1	Divisão ortogonal da Tabela 9 . . . . .	109
10	Número total de entrevistados e número de entrevistados que tem animais . . . . .	110
11	Nº de esposas que trabalham no campo por categoria do entrevistado . . . . .	111
11.1	Divisão ortogonal da Tabela 11 . . . . .	111
12	Nº de mulheres que trabalham tempo integral por categoria do entrevistado . . . . .	112
12.1	Divisão ortogonal da Tabela 12 . . . . .	112
13	Idade da família por categoria do entrevistado . . . . .	113
13.1	Divisão ortogonal da Tabela 13 . . . . .	113
13.2	Idade da família e trabalho da mulher por categoria do <u>en</u> trevistado . . . . .	114
14	Nº de filhos menores de 5 anos por categoria de entrevistado . . . . .	115
14.1	Divisão ortogonal da Tabela 14 . . . . .	115
14.2	Trabalho da mulher e filhos menores de 5 anos por categoria do entrevistado . . . . .	116

Tabela	Página
15	Idade da Mulher por Categoria do Entrevistado . . . . . 117
15.1	Divisão Ortogonal da Tabela 15 . . . . . 117
15.2	Trabalho e idade da mulher por categoria do entrevistado. 118
16	Número de filhos por categoria do entrevistado .. . . . 119
16.1	Divisão ortogonal da Tabela 16 . . . . . 119
16.2	Trabalho da mulher e número de filhos por categoria do en- trevistado . . . . . 120
17	Escolaridade da mulher por categoria do entrevistado. . . 121
17.1	Divisão ortogonal da Tabela 17 . . . . . 121
17.2	Trabalho e escolaridade da mulher por categoria do entre- vistado . . . . . 122
18	Escolaridade do marido por categoria do entrevistado . . 123
18.1	Divisão ortogonal da Tabela 18 . . . . . 123
18.2	Trabalho da Mulher e escolaridade do marido por categoria do entrevistado . . . . . 124
19	Ascendência da mulher por categoria do entrevistado . . . 125
19.1	Divisão ortogonal da Tabela 19 . . . . . 125
19.2	Ascendência e Trabalho da Mulher por categoria do entre- vistado . . . . . 126
20	Ascendência do marido por categoria do entrevistado . . . 127
20.1	Divisão ortogonal da Tabela 20 . . . . . 127
20.2	Trabalho da mulher e ascendência do marido por categoria do entrevistado . . . . . 128
21	Escolaridade do marido e da mulher . . . . . 129

## R E S U M O

A autora, estudando o trabalho da mulher no meio rural, pro  
curou mostrar qual o grau de integração da mão-de-obra feminina na pro-  
dução agrícola e quais os principais fatores determinantes desta inte-  
gração. Para isso, entrevistou cinco categorias, a saber: pequenos, mé  
dios e grandes proprietários, parceiros e assalariados residentes. Con  
clui que nas pequenas explorações a mulher tem participação efetiva e  
não remunerada, como membro da família do proprietário, no trabalho a-  
grícola. Nas médias e grandes ela aparece, principalmente, como mão-  
-de-obra volante e como membro não remunerado das famílias de parcei-  
ros que exploram parte dessas propriedades. As mulheres dos assalaria-  
dos residentes dificilmente trabalham. Nos casos das pequenas explora  
ções, onde está em jogo a sobrevivência, nem a idade da mulher, nem o  
ciclo da família, nem a presença de gravidez ou de crianças pequenas e  
tampouco o trabalho doméstico impedem a mulher de trabalhar nos campos.  
Conclui, também, que a noção de trabalho produtivo no meio rural difere  
da idéia urbana, onde se associa trabalho feminino a libertação finan

ceira, e mesmo a uma atitude de liberação do sexo feminino. No meio rural, o trabalho nos campos, não sendo geralmente remunerado, não se ideatifica como libertação financeira, não constitui uma atitude inovadora mas sim é concebido como uma tradição, e é encarado como uma sobrecarga aos muitos trabalhos que são reservados às mulheres.

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. O problema e sua importância

O quanto o problema da mulher é importante já se tornou evidente pela preocupação que ele tem despertado aos últimos anos. No mundo todo surgem pesquisas que estão desmistificando o que é chamado de "natureza" feminina, entidade em nome da qual se justificam todos os preconceitos e injustiças sofridos pelas mulheres. Esta "natureza", largamente aceita e defendida, perde sua universalidade, base de sua aceitação e defesa, quando se levam em conta outros contextos que não aqueles de onde se inferiu o modelo proposto. Já MEAD (1935) mostrava, em seus trabalhos, como diferentes sociedades produzem diferentes tipos de personalidade feminina.

Torna-se indispensável, então, um maior conhecimento da situação real desses contingentes femininos ainda pouco estudados, pa-

ra se tentar perceber até que ponto as diferentes condições de vida levam a mulher a desenvolver e aceitar modos de vida e atividades que, de modo algum, ajustam-se ao modelo idealizado que dela se faz. Este hiato entre o ideal e o real, na medida em que destrói o mito da feminilidade que nos é imposto, a todo momento, pelos meios de comunicação de massa, histórias infantis e mesmo livros escolares, como mostram as pesquisas publicadas pela UNESCO (1975), destrói, também, os fundamentos de teorias que alegam uma incapacidade biológica ou psicológica da mulher para determinados tipos de trabalhos ou funções. Desmistificada esta natureza, resta a tarefa de procurar onde se encontram, realmente, as raízes da mística feminina, e de que maneira os preconceitos relativos ao sexo feminino, dentre eles, o alijamento da mulher do mercado de trabalho, que é a principal preocupação deste estudo, inserem-se no contexto sócio-econômico.

A importância dada a esse alijamento para a compreensão da condição social da mulher se deve ao fato de que, de acordo com SAFFIOTTI (1976:30) é "o trabalho o momento privilegiado da praxis humana por sintetizar as relações dos homens com a natureza e dos homens entre si". É, pois, da integração dos indivíduos no sistema de produção que derivam, em última análise, suas condições sociais de existência.

Nas sociedades em geral, o fator sexo opera como um elemento discriminador da divisão de trabalho, já que ao homem estão destinados os trabalhos ligados à produção e à mulher, o trabalho domés-

tico. Nota-se, porém, que a função da mulher continua sendo o trabalho doméstico mesmo quando sua presença no lar é dispensável. BLAY (1975:15) coloca bem o problema quando diz que:

"De qualquer modo estes tipos de considerações (a possibilidade das classes médias e altas de manter empregadas domésticas) não foram lembradas pelas trabalhadoras. Elas atribuem à imagem da esposa e mais ainda à da mãe o papel do doméstico sem questionar a dimensão do trabalho doméstico. É a dona de casa, a responsável pelos filhos, e não a mulher trabalhadora doméstica que as orienta quando respondem que a mulher casada ou a mãe não deve trabalhar".

Isto leva a crer que causas mais determinantes que a mera necessidade de sua presença e seus serviços, muitas vezes dispensáveis, levam a mulher a permanecer no lar. A questão seria, então, desvendar quais são estas causas.

É neste ponto que um estudo do meio rural brasileiro passa a ter dupla relevância. Em primeiro lugar, os tipos de atividades desempenhadas pela mulher no meio rural podem servir como teste para o modelo de "feminilidade" que muitos pretendem universal. Em segundo lugar, não sendo o meio rural sócio-economicamente homogêneo, seu estudo ajudaria a perceber o grau de influência que as condições de vida têm sobre o comportamento da mulher. A isto se soma o fato de que é no meio rural que se encontra cerca de cinquenta por cento da população feminina total. Como se vê, uma parcela considerável,

cuja expressão numérica, aproximadamente 25 milhões de pessoas, por si só, já constituiria justificativa suficiente para seu estudo.

## 1.2. Objetivos do trabalho

Apesar de toda a complexidade do problema, e mais o caráter apaixonado das discussões que ele suscita, a questão do alijamento da mulher do mercado de trabalho pode ser colocada de maneira relativamente simples: até que ponto o alijamento da mulher das atividades produtivas decorre de uma necessidade própria do sistema de produção ou da sobrevivência de tradições culturais já inadequadas à realidade presente ou, ainda, de uma articulação entre as necessidades do sistema e as tradições que, embora aparentemente pudessem parecer ultrapassadas, seriam, na realidade, fundamentais para a manutenção deste mesmo sistema. Esta articulação seria flexível, ajustando-se a diferentes necessidades e tradições, derivadas de contextos sócio-econômicos diferentes.

É a questão colocada deste modo que se pretende investigar. Em primeiro lugar, tentar-se-á estabelecer o grau de inserção da mulher rural na força de trabalho em diferentes categorias sócio-econômicas. Em segundo lugar, através do cruzamento de variáveis consideradas relevantes, procurar-se-á desvendar quais os principais fatores determinantes do trabalho ou do não-trabalho das mulheres e, finalmente, tentar compreender de que maneira estes fatores se articu



lam dentro do sistema que os envolve.

Dada a quase inexistência de obras sobre a mulher rural, este trabalho levou em consideração uma série de categorias e variáveis, o que não lhe permitiu aprofundar suficientemente a análise de cada uma delas. Porém, isto se justifica ao considerar que só se pode estudar algo em profundidade quando se tem uma visão global do problema, o que não é o caso da mulher rural. Por isso, este trabalho é mais rico em hipóteses que em conclusões, principalmente porque o grande número de categorias reduziu o número de casos em cada uma delas, o que diminui a possibilidade de uma análise estatística mais detalhada. Mas, pode-se esperar que, devido a importância e atualidade do tema, outros trabalhos possam trazer um conhecimento mais preciso deste continente de mulheres.

O problema da mulher continuará despertando discussões apaixonadas. Mas, como diz CHOMBART DE LAUWE (1967:7):

"Toda pesquisa em ciências humanas ajuda fatalmente a estabelecer sobre bases sólidas um diálogo, que pode ser apaixonado, mas que não é mais perturbado por um desconhecimento dos elementos essenciais".

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

Os trabalhos sobre a mulher no meio rural são, praticamente, inexistentes. Como prova disto se tem o levantamento feito pela Fundação Carlos Chagas (1975), abrangendo todo o Brasil, sobre as obras existentes no país que se relacionem, direta ou indiretamente, com o tema "mulher". Devido a tal escassez, esta revisão de literatura apresenta poucos trabalhos que se refiram especificamente ao tema.

Um dos trabalhos que mais forneceu sugestões para reflexão foi a obra de SAFFIOTTI (1976). A autora teve por objetivo: a) apreender os mecanismos típicos através dos quais o fator sexo opera nas sociedades de classe de modo a alijar da estrutura ocupacional grandes contingentes de mulheres; b) desvendar as verdadeiras raízes deste alijamento através de uma desmistificação de consciências. As categorias sexo não são vistas, por ela, como classes sociais, mas

como categorias sociais formadas a partir de um status fundamental igual - o sexo - que cobrem toda a sociedade, cruzando com a divisão desta em classes sociais. Procura a explicação do fenômeno ao nível do sistema inclusivo, ou seja, o sistema capitalista internacional, com parando países de economia capitalista desenvolvida e não desenvolvida, referindo-se, no segundo caso, ao Brasil.

Uma de suas conclusões é que o alijamento da mulher se de ve à própria inelasticidade do sistema capitalista para absorver a mão-de-obra formada por este contingente e que, portanto, quanto mais desenvolvidas as forças produtivas dentro deste sistema, mais alijada será a mulher. É esta sua conclusão que mais interessa a este estudo, pois tentar-se-á testá-la para o meio rural.

A autora analisa, também, os diferentes níveis de consciência do problema, mostrando como essas diferenças se vinculam a di ferentes condições sociais de existência.

Numa perspectiva um tanto diversa, temos o trabalho de VOGEL-POLSKY (1975), que considera a não participação da mulher na produção como consequência da inadequação entre o sistema de valores vigente e a realidade social, inadequação esta que priva a economia e a política de grande potencial humano. Para ela, a solução do problema se encontra na atuação sobre o aprendizado diferenciado dos "pa peís sexuais", através de técnicas como contrapropaganda cultural e política social.

Vê-se que esta autora difere radicalmente da anterior, na medida em que não considera a estrutura econômica e social como responsável pelo alijamento da mulher. Ao contrário, para ela, este alijamento é um resultado da sobrevivência de valores culturais que impedem um melhor desenvolvimento desta estrutura.

Já no trabalho de SINGER e MADEIRA (1973) encontramos referências específicas à mulher do meio rural. Eles mostram, através dos dados dos censos agrícolas de 1920 a 1970, que a maior parte da mão-de-obra feminina empregada se dedica à agricultura de subsistência, onde existe a possibilidade de conjugar atividades domésticas e produtivas. Concluem, com base nesses dados, que "as taxas de participação feminina na força de trabalho tendem a crescer, não em consequência da modernização da agricultura, mas graças à manutenção e ampliação da agricultura de subsistência" (1973:37).

Com relação a este problema de manutenção e ampliação da agricultura de subsistência, temos os trabalhos de MARTINS (1967/68) e DUARTE e QUEDA (1974), que analisam o fenômeno "agricultura tradicional" da perspectiva da acumulação de capital. Concluem que este tipo de agricultura não é um entrave ao desenvolvimento, mas sim um suporte da acumulação capitalista no setor dinâmico da economia que é o setor industrial. Isto é, a necessidade de acumular capital no setor industrial implica numa repressão salarial das camadas operárias urbanas, o que leva à necessidade de manter baixos os preços dos alimentos, rebaixando o rendimento do capital investido na produção agríco-

1a. Isto leva a uma expansão de unidades de produção não capitalistas.

Além desses autores, OLIVEIRA (1973), SÁ JÚNIOR (1973) e SILVA (1975) analisam, assim como os acima citados, a compatibilidade entre o desenvolvimento capitalista e a persistência da agricultura de subsistência.

A esses trabalhos vem juntar-se o de LOUREIRO (1975), que analisando o fenômeno da parceria que sofreu, em algumas regiões, um processo de ampliação, situa as raízes desta expansão no próprio desenvolvimento do setor industrial que, rebaixando o rendimento do capital investido na agricultura, leva não só a uma coexistência, lado a lado, de unidades capitalistas e não capitalistas, mas a uma coexistência de ambas dentro da própria empresa capitalista.

Essas considerações são importantes para o estudo do trabalho da mulher rural, na medida em que a eliminação ou a ampliação, por parte do sistema capitalista, de unidades e relações de trabalho não capitalistas, tem influência direta sobre a menor ou maior participação da mulher na produção agrícola.

A relação entre agricultura de subsistência ou "camponesa" e o trabalho da mulher levou a uma necessidade de caracterização deste tipo de agricultura e, para isso, foram consultados vários trabalhos que serão citados mais adiante.

Outra referência à mulher rural é encontrada numa publicação do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) (1970) que,

resumindo as principais observações com respeito à evolução da taxa de atividade feminina no Brasil, apresentada nos principais estudos sobre mão-de-obra realizados por este órgão, chega à conclusão de que existe uma dificuldade em precisar o grau de participação da mão-de-obra feminina através dos censos porque, nas economias de subsistência, a atividade econômica e a doméstica se confundem.

Este trabalho apresenta outras conclusões relevantes que são: a) baixa taxa de participação da mulher em atividades não agrícolas em termos de comparações internacionais. Esta taxa eleva-se somente nas regiões mais pobres, quando a mulher combina os afazeres domésticos com o trabalho, na qualidade de trabalhadora por conta própria ou membro não remunerado da família; b) a participação se concentra nos grupos de idade mais jovens, caindo perto dos vinte anos, e não tornando a subir como acontece nos Estados Unidos; c) apesar do nível de educação das mulheres não ser inferior ao dos homens (ao contrário, é mais elevado), a mulher recebe de modo geral, remuneração inferior, que se situa, em média, por volta de 80% da dos homens; d) grande parte das mulheres que não trabalham, mesmo que não pressionem o mercado, estariam dispostas a trabalhar, se houvesse possibilidade; e) a educação superior das mulheres não ameniza o problema porque existe uma discriminação entre carreiras masculinas e femininas, o que talvez se deva ao fato das mulheres encararem a preparação profissional como secundária, já que veem o trabalho apenas como complemento do orçamento familiar.

Em outra obra SINGER (1970) afirma que os períodos de emprego da mulher no trabalho agrícola coincidem com os de maior intensidade de trabalho, quando há uma falta de mão-de-obra. Isto, de certo modo, reafirma-se no trabalho de ALIER (1975) que mostra, através de entrevistas com trabalhadoras volantes que, devido à expansão industrial, principalmente da indústria de construção, torna-se difícil encontrar homens fisicamente aptos para trabalhar na agricultura, está havendo, então, uma substituição do trabalho masculino pelo feminino. A autora ressalta, porém, que esta parece ser uma fase de transição pois já há indícios de mecanização.

Dois outros aspectos relevantes são levantados no trabalho de ALIER. O primeiro é que a mulher do meio rural sempre trabalhou na terra. A diferença está em que antes o trabalho da roça era extensão de suas tarefas domésticas (trabalhava junto com a família em terra própria ou arrendada) e agora trabalha em troca de salário. O segundo aspecto é que, do material apresentado por ela, depreende-se que a introdução maciça da mulher no mercado de trabalho não leva, a curto prazo, a uma redefinição dos papéis sexuais e da organização familiar. Os valores tradicionais exercem influência importante, ao mesmo tempo que a nova situação desafia a antiga organização familiar. Ao invés da transformação das relações de trabalho e dos padrões ocupacionais levarem a uma reformulação dos papéis conjugais, a definição tradicional destes parece estabelecer certas barreiras à plena proletarização das mulheres. O trabalho da mulher continua

sendo visto como subsidiário ao do homem.

Outro estudo que se refere às limitações impostas pela organização tradicional da família é de BLAY (1975). O objetivo da autora foi estudar os vários níveis da influência do grupo familiar sobre a trabalhadora, pois segundo ela, para compreender a orientação que a mulher assume em seu desempenho profissional, é preciso distinguir o modo como a sociedade manipula a participação da mulher enquanto força de trabalho e as atitudes da própria mulher e de seu grupo familiar face ao desempenho deste papel profissional. Esta distinção é importante, na medida em que há uma contradição entre os papéis aceitos e os efetivamente desempenhados, contradição não gratuita pois se liga ao fato das relações de produção ainda se apoiarem na exploração do trabalho doméstico, o que impede o surgimento de uma nova ideologia sobre o papel social da mulher. Para ela, o confronto entre trabalho doméstico e extra-domiciliar ultrapassa os limites da sociedade capitalista subdesenvolvida, estando presente tanto nas sociedades capitalistas desenvolvidas quanto nas socialistas. Daí a afirmação da autora de que a transformação da estrutura social não conduz, necessariamente, a uma nova ideologia do papel social da mulher.

O quanto isto é verdadeiro pode ser visto por uma publicação da UNESCO (1975) que, analisando a participação da mulher na educação e no mercado de trabalho em todo o mundo, não encontra em lugar algum igualdade entre homens e mulheres.



Um trabalho que se refere exclusivamente à mulher rural é o de duas autoras americanas, FLORA e JOHNSON (1975), que analisam a imagem da mulher rural, a realidade por trás desta imagem e os fatores que influenciam as mudanças nos seus papéis. Para elas, apesar de ter havido mudanças nas funções tradicionais da mulher rural americana, as tendências básicas não se alteraram muito, exceto quanto a uma crescente participação na força de trabalho. A divisão de trabalho continua rígida e tradicional, com as funções de sexualidade, reprodução e socialização da criança predominando sobre a função produtiva, que adquire um caráter secundário, salvo nos casos de sobrevivência.

Quanto à participação na força de trabalho, as autoras mostram um fato relevante. Nas regiões onde há pobreza, falta de oportunidade, agricultura de subsistência e trabalho marginal, com um mínimo de alternativas para a mulher, muitas delas frequentemente trabalham em funções laboriosas e mal remuneradas. Quando o dinheiro é pouco ou o trabalho é necessário, nem o ciclo de vida, nem o número de filhos tem influência no trabalho feminino. Porém, quando as oportunidades existem, a mulher rural segue o mesmo caminho da mulher suburbana de classe média, podendo sua atividade econômica ser subdividida em três fases. Primeiro, existe um esforço igual de marido e mulher para alcançar um bom nível econômico. Alcançado este nível, há uma divisão sexual de trabalho, ficando a mulher com o cuidado da casa e o homem, com sua manutenção. Com o aumento do poder econômico

começa haver um questionamento da divisão de trabalho, e tanto o homem quanto a mulher começam a explorar novas esferas de atividades.

Como esta relação curvilínea entre nível de vida e posição da mulher envolve uma transposição dos limites da função tradicionalmente atribuída a cada sexo, ela tem uma força potencial que pode levar a uma maior igualdade entre marido e mulher e que, no futuro, poderá atingir também o meio rural.

Esta hipótese não se aplica ao Brasil. O nível de vida mantém relação estreita com a idade e, como demonstram os estudos do IPEA já citados, se representarmos graficamente o trabalho da mulher brasileira na produção, levando em conta o fator idade, não se terá uma curva, porque elas não voltam a trabalhar depois que já deixaram de o fazer, o que acontece por volta dos 20 anos de idade, quando se casam.

Há mais um ponto relevante nesse trabalho, que seria útil para o estudo que ora se realiza. Como dizem as autoras, a função produtora é parte integrante e tradicional das funções da mulher rural. Porém, nem todo o trabalho produtivo que ela realiza pode ser captado pelas medidas de atividade econômica usualmente adotadas. Elas subdividem a função produtora da mulher em dois tipos: produção no lar e produção fora do lar. No primeiro caso, encontram-se as atividades de preservação dos alimentos, cuidado com a horta e com os animais domésticos. No segundo, a mulher participa na produção

global da propriedade, trabalhando nos campos, dirigindo máquinas e atividades afins. Esta colocação dá uma nova dimensão ao trabalho produtivo.

Quanto a trabalhos que se referam, especificamente, à "imagem da mulher", tem-se a obra organizada por CHOMBART DE LAUWE (1967) que, através de cinco pesquisas feitas em países diferentes, a saber, Polônia, Canadá, França, Marrocos e África Negra, procurou estudar "... a imagem que dela (da mulher) fazem os homens e as mulheres nas diferentes regiões do mundo, em função de sua cultura, das transformações sociais que se operam, das novas correntes de pensamento que aparecem, do lugar que eles ocupam na sociedade, de sua experiência pessoal" (CHOMBART DE LAUWE, 1967:10).

O autor considera a mudança na condição da mulher um dado fundamental na transformação das estruturas sociais e, por isso, o estudo desta imagem poderia ajudar na compreensão das transformações destas estruturas. Salienta, também, que a imagem da mulher não é uniforme num mesmo país, variando de acordo com as diferentes classes sociais. Além disso, estas imagens "têm um conteúdo coletivo e uma força ativa que variam segundo os meios sociais, os momentos e as personalidades" (1967:12). Porém, em resumo, poder-se-ia concluir que: a) a mulher celibatária deve trabalhar; b) a mulher casada, sem filhos, pode trabalhar quando necessário; c) a mulher casada, com filhos menores, não deve trabalhar fora; d) a mulher casada, com filhos maiores, pode exercer uma profissão.

Os dados desta pesquisa indicam, também, que o trabalho da mulher fora do lar só é justificado por razões exclusivamente financeiras, estando o trabalho da mulher casada condicionado às responsabilidades e encargos com os filhos, o lar e o marido.

Torna-se necessário resenhar a caracterização da agricultura de subsistência, para completar os problemas relevantes estudados neste trabalho.

De acordo com QUEIROZ (1973), "camponeses seriam lavradores cuja produção é orientada para a sobrevivência", disto derivando que: a) eles são, em grande parte, auto-suficientes e independentes em relação à economia urbana; b) empregam mão-de-obra familiar, fundindo o trabalho produtivo com todas as outras atividades da vida cotidiana; c) dificilmente cultivarão grandes extensões de terras; d) seus gastos não ultrapassam certo nível de modo a não onerar a família, já que a colheita não se destina à obtenção de lucro. O fundamental, então, na sua caracterização de camponês é o destino do produto, disto derivando suas outras características. Acrescenta, também, que o campesinato está em vias de desaparecimento no Brasil.

MOLINA (1974) diz que a característica principal da agricultura camponesa é a fusão da economia doméstica com a empresarial, havendo uma identificação entre a produção de mercadorias e a produção para o auto-consumo. Para ele, este tipo de agricultura pode ser explicada, em grande parte, por três variáveis principais que são: relações de produção, participação no mercado e diversificação agrícola. As

relações de produção se caracterizariam pela mão-de-obra familiar, com eventual ajuda de terceiros. A participação no mercado seria pequena ou quase nula, havendo um consumo significativo do produto. Quanto à diversificação agrícola, haveria predominância da policultura, envolvendo vários produtos necessários à subsistência.

As relações de trabalho familiares, para ele, também es tão presentes em mais um tipo de unidade que seria a empresa rural, que se caracterizaria, quanto às outras duas variáveis, por grande par ticipação no mercado e poucas linhas de exploração, apesar de manter produtos de auto-consumo.

Já SINGER (s/a:56) não considera fundamental que a maior parte da produção se destine ao consumo, mas sim que o consumo dependa, em grande parte, da produção. Nas suas próprias palavras, o setor de subsistência é o "conjunto de unidade cujo produto se destina predomi- nantemente ao consumo dos próprios produtores". Como ele mesmo diz, o problema está na definição de "predominantemente", e acrescenta: "A parcela destinada ao auto consumo não tem que ser, em princípio, a maior parte, no sentido quantitativo do produto total: ela tem que ser a par cela decisiva do consumo, ou seja, da subsistência do produtor" grifos do autor), (SINGER:56).

SANTOS (1975) define camponês através do que chama de "in suficiência econômico-social", ou seja, condições de existência que lhe impedem de proceder a uma acumulação capitalista e até mesmo, muitas ve zes, de remunerar sua força de trabalho. Sua existência só é possível

porque, utilizando mão-de-obra familiar e sendo parte da produção destinada ao consumo, ele precisa muito pouco para se manter e reproduzir.

Consultou-se, também, vários estudos sobre comunidades e, dentre eles, sobressai o trabalho de MELLO e SOUZA (1964), cuja descrição dos costumes atuais e recriação de formas mais antigas, através dos relatos dos velhos, traz-nos um quadro bastante sério sobre o meio rural, tão pouco conhecido no Brasil.

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1. Hipóteses de Trabalho

- 3.1.1. Não pode haver uma geração em termos de "mulher rural", quanto à participação na produção agrícola, por que esta participação está estreitamente vinculada à sua categoria social.
- 3.1.2. Nas pequenas explorações, onde predomina o trabalho familiar, a mulher tem participação efetiva e não remunerada no trabalho agrícola.
- 3.1.3. O grau de alijamento das mulheres na produção aumenta com a evolução do capitalismo no campo, evidencia do pelo aumento do trabalho assalariado.

### 3.2. Definição das variáveis

#### 3.2.1. Variável independente: grau de capitalização das unidades agrícolas

Uma série de problemas surgiram com relação à operacionalização da variável independente. De início, tentou-se medi-la através da fórmula:

$$\text{Intensidade de Capital} = \frac{\text{Capital total}}{\text{Valor da produção}} \quad (1)$$

onde:

$$\begin{aligned} \text{Capital Total} = & \text{Capital Fixo (terra + benfeitorias + maquinarias +} \\ & + \text{mão-de-obra fixa + impostos) + Capital Circulan-} \\ & \text{te (insumos + mão-de-obra volante)} \end{aligned}$$

Porém, na realização do pré-teste do questionário que veio a ser aplicado, percebeu-se ser muito difícil a obtenção destes dados quantitativos, principalmente pela inexistência de contabilidade escrita na grande maioria das propriedades. Pode-se perceber os problemas que

---

(1) NAÇÕES UNIDAS - Manual de Proyectos de Desarrollo Económico, México, D.F., diciembre de 1958 (884-J), pp. 242/243.



isto traz, já que o entrevistado tem que recorrer a sua memória para responder perguntas que abrangem o período de um ano agrícola. Existem, também, dificuldades quanto à avaliação, em cruzeiros, das benfeitorias e máquinas existentes na propriedade. A isto se soma o tempo exigido na obtenção destas informações e a reação negativa que muitas vezes isso provoca.

Analisando os resultados obtidos pelo pré-teste, viu-se que a classificação das explorações por este critério continha um risco de erro muito grande devido à inconsistência das informações, erro este que se acentua quando se leva em conta a existência de outros métodos de mensuração. Resolveu-se, então, com base no trabalho de MOLINA (1974), classificá-las através de três variáveis, a saber, relações de produção, participação no mercado e diversificação agrícola. As variáveis foram definidas do seguinte modo:

Relações de produção - as explorações seriam classificadas de acordo com a predominância de relações familiares ou assalariadas de produção.

Participação no mercado - este índice seria obtido pela porcentagem da produção vendida sobre o valor da produção total, e as explorações seriam classificadas em dois tipos: as que vendem mais de 50% e as que vendem 50% ou menos.

Diversificação agrícola - seria medida através da fórmula:

$$D = \frac{1}{\sum_{i=1}^n F_i^2} \quad \text{onde:}$$

D = Índice de diversificação agrícola

$F_i$  = é a razão entre o valor de cada linha de exploração (cultura e/ou criação) da unidade e o valor da produção total.

Calculados os diferentes valores de D, com base na média e no desvio padrão, pretendia-se construir uma escala de diversificação agrícola.

Paralelamente a este tipo de classificação, introduziu-se, para maior rigor, outra variável extraída de obra de SINGER(s/d) que diz respeito à proveniência do consumo de alimentos da família. A operacionalização do conceito foi feita do seguinte modo: as propriedades que produzissem 50% ou mais dos alimentos consumidos pela família seriam consideradas como sendo de subsistência.

Como nenhum desses quatro critérios poderiam ser conhecidos a priori, a estratificação da amostra das propriedades em três classes foi feita através da área porque, geralmente, o tamanho da propriedade está mais ou menos relacionado com seu grau de capitalização.

Surpreendentemente, porém, duas dessas variáveis, a saber, a diversificação agrícola e a proveniência do consumo, mostraram um comportamento inesperado, mantendo-se relativamente uniformes, desde as menores até as maiores explorações. Mesmo a participação no mercado, apesar de apresentar diferença significativa, só em dois casos ela foi menor de 50%, tendo se concentrado entre 90 e 100% e, mesmo nestes dois casos, a baixa participação se deveu a motivos excepcionais, geada e doença. Somente as relações de produção mantiveram um resultado significativamente diferente entre as várias categorias de área (Ver anexo, tabelas 1, 2, 3, 4 e 4.1).

Diante disto, procurou-se um novo critério que nos permitisse testar, mais uma vez, se haveria ou não algo significativamente diferente, além das relações de produção, entre as diferentes categorias. Uma nova orientação foi encontrada no trabalho de SANTOS (1975:173), que sugere a classificação da agricultura em termos de relações de produção e acumulação de capital. Nas palavras do autor:

"Cabe, agora, retomar nossa formulação anterior onde definimos o camponês como agente de uma relação social de produção não-capitalista. A fim de esclarecê-la, podemos nos valer de uma passagem na qual Marx expõe o processo pelo qual o trabalho se antepõe livremente ao capital, indagando em que medida o camponês satisfaz ou não as condições descritas:(...)  
 1. dissolução do comportamento para com a terra (...)  
 como uma condição natural de produção, (...). 2. dissolução das relações nas quais ele aparece como proprietário do instrumento (...) 3. (...) o trabalho antes da produção (...) tem em sua posse os meios de consumo necessários para viver como produtor (...) 4. (...) dissolução das relações nas quais os trabalha

dores (...) estão ainda incluídos entre as condições objetivas de trabalho (...)" (1)

Confrontando a passagem acima com a caracterização da classe camponesa, verificamos em primeiro lugar que para o camponês inserido no capitalismo, a terra é mercadoria, ou seja, ela não é uma "condição natural de produção", mas uma condição de produção mediada pelo valor de troca. Em segundo, o camponês é um trabalhador que aciona seus próprios meios de produção, é um proprietário trabalhador. Em terceiro lugar, o camponês "detém a posse dos meios de consumo necessários para viver como produtor". Em quarto, o camponês é um trabalhador livre, ou seja, não está imediatamente incluído entre as condições objetivas de trabalho.

Desta forma, observamos que o camponês realiza a primeira e a quarta condição de separação do trabalho ante o capital, mas não realiza a segunda e a terceira daquelas condições. Isto quer dizer que não estão presentes no camponês, integralmente, os elementos constitutivos do modo de produção capitalista. Daí podermos afirmar que o camponês é personificação de uma relação social de produção não capitalista." (p.173).

Como a introdução da variável "acumulação de capital" só foi feita depois que o levantamento de campo já estava terminado, a falta de dados sobre o custo operacional precisou ser suprida através de uma estimativa que foi feita com base nos dados do PROGNÓSTICO (1975/76), do qual constam as informações referentes ao ano agrícola em estudo, ou seja, 1974/75, e, quando isto não era possível, com base nos dados dos próprios informantes.

---

(1) Cf. Marx, Karl. "Formas que preceden a la produccion capitalista" in Elementos fundamentales para la crítica de la economia política. Siglo XXI, 1971, V.I, pp. 433/477 cf pp. 458/459.

A operacionalização da variável independente foi feita, finalmente, do seguinte modo: serão consideradas explorações não capitalistas aquelas que tiverem relações de produção predominantemente familiares e não procederem a uma acumulação capitalista. Como explorações capitalistas, considerar-se-á aquelas onde as relações de produção forem predominantemente assalariadas e procederem a uma acumulação de capital.

### 3.2.2. Variável dependente: participação da mulher na produção agrícola.

A participação da mulher no trabalho agrícola foi medida pelo número de dias que trabalha no campo no ano ou pelo número de horas por dia.

### 3.2.3. Variáveis intervenientes

Existem vários fatores que são comumente aceitos como tendo influência no trabalho da mulher. Testar-se-á os que se consideram mais importantes, importância dada não pelo seu grau verdadeiro de influência, mas pela amplitude da aceitação dessa influência, medida pelas sugestões dadas por colegas durante o período de elaboração do projeto. São eles:

- a) idade da família, trabalho doméstico e gravidez
- b) filhos pequenos
- c) idade da mulher
- d) número de filhos
- e) escolaridade do marido e da mulher
- f) nacionalidade do marido e da mulher.

### 3.3. Caracterização da região

A área deste estudo compreende o município de Valparaíso, situado na região de Araçatuba, micro-região 231 pelo IBGE que, por sua vez, integra a parte do Estado de São Paulo denominada, genericamente, de Noroeste Paulista. A região noroeste compreende a parte do estado situada entre Bauru e a barranca do Rio Paraná, na divisa dos Estados de São Paulo e Mato Grosso.

Valparaíso é um município em decadência populacional, apesar de seu povoamento ser recente. De acordo com um dos informantes mais velhos, ainda em 1927 se estava "derrubando a mata". Seu povoamento rápido e seu despovoamento também rápido se fez em funo do caráter predatório, ligado ao modelo primário-exportador, da cultura do café. O mesmo ~~fenmeno~~ se deu em todo o noroeste paulista, tendo havido apenas diferenças de tempo entre sua ocorrência em um ou outro lugar. A Alta Noroeste, onde se encontra o município em estudo, foi a última parte da região a ser atingida.

O café, tendo alcançado seu auge na década de 1940, começa então a decair e vai sendo substituído pelo algodão. Esta segunda cultura tem produção significativa até 1970, quando começa também a declinar. Vai, então, sendo substituída pelo gado que já estava presente na área, mas não de maneira predominante como agora. Hoje se encontra o café nas pequenas e médias propriedades, ao lado das culturas de subsistência. Nas propriedades de tamanho médio já existe presença não negligenciável de gado, enquanto nas grandes a criação bovina predomina indiscutivelmente.

Essa mudança de fazendas de cultura para fazendas de criação trouxe modificações profundas no povoamento da região. Como a criação de gado exige pouca mão-de-obra, onde antes havia colônias, hoje só existem pastos. A população se deslocou, primeiro, para as cidades e, como estas não comportassem este novo contingente populacional, foi havendo um esvaziamento da região como um todo. Os dados dos censos mostram, de maneira clara, o que está ocorrendo.

De acordo com o último censo demográfico viviam em Valparaíso 14 608 habitantes, em 1970, dos quais 9 483 na zona urbana e 5125 na zona rural. A população rural, portanto, é menor que a urbana, correspondendo a 35,08% da população total. O mesmo fenômeno ocorre em toda a região de Araçatuba, onde, em 1970, dos 543 243 habitantes, 232 567 residiam no meio rural, perfazendo 42,81% do total. A predominância da população urbana (57,19%), quando comparada com o censo anterior, mostra a rápida urbanização da região pois, 62,12% da população ainda resi

dia no campo em 1960.

Quanto à taxa de crescimento populacional, embora seja ascendente, a partir de 1950 seu ritmo está cada vez mais lento e bastante inferior a média do Estado. Na década de 1960/70, enquanto a taxa de crescimento para a região foi de 0,91%, a do Estado foi de 3,30% ao ano. A causa desta diminuição fica clara, quando se observa que o saldo migratório da região, nas duas última décadas (1950/60 e 1960/70) foi negativo, indicando uma saída líquida de população.

Esta redução do crescimento populacional tende a se acentuar, na medida em que a pecuária se desenvolve, diminuindo a necessidade de mão-de-obra. Além disso, em decorrência desta especialização das atividades rurais, as funções urbanas também se especializam, não oferecendo grandes oportunidades de emprego, forçando, com isso, a emigração.

A penetração da pecuária no município pode ser avaliada pelo fato de que, já em 1968, 77,15% da área agriculturável estava ocupada por pastagens. É uma porcentagem bastante alta, muito acima da média do Estado (52,99%) e superando mesmo a própria micro-região (73,24%).<sup>(1)</sup> Além disso, é bastante provável que esta porcentagem

---

(1) A fonte de dados com relação à estrutura fundiária e à ocupação e utilização do solo é o PRATA (Plano Regional da Assistência Técnica à Agricultura) das Divisões Regiões Agrícolas de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Araçatuba e Bauru, 1968, *apud* KAMEYAMA, N. 1969. Problemas do Oeste Paulista. Revista de Cultura Vozes, Rio de Janeiro, 8.



tenha aumentado depois da decadência da cultura de algodão, iniciada por volta de 1970. No município em estudo, a área de pastagem ocupa atualmente 91,73% da área explorada.

O alastramento cada vez maior da pecuária na região é facilitado pela sua estrutura fundiária, onde a predominância de grandes fazendas se presta muito bem à criação extensiva de gado, como está sendo feita. A intensidade da concentração de terras fica clara quando se constata que 91,9% da área está nas mãos de 18,1% dos proprietários. O fato, porém, que mais ressalta esta concentração é que apenas duas propriedades ocupam cerca de dois terços do município, enquanto as outras 345 ocupam o um terço restante.

Valparaíso é, portanto, um município em decadência populacional, com a pecuária se alastrando, forçando a população a emigrar à procura de ocupação.

### 3.4. Amostragem

Os dados deste estudo foram obtidos por coleta própria realizada mediante entrevistas diretas com os agricultores, através do uso de questionários previamente testados, divididos em duas partes, uma destinada ao marido e outra à mulher. Só foram entrevistados casais pertencentes a cinco diferentes categorias, a saber, parceiros, pequenos, médios e grandes proprietários e assalariados. As informações

requeridas se referiam ao ano agrícola de 1974/75.

As 347 propriedades do município de Valparaíso foram classificadas, através do Rol de Taxa de Conservação de Estradas de 1975, em três categorias de área, a partir das quais foi sorteada uma amostra estratificada proporcional a 25%, perfazendo um total de 87 propriedades distribuídas da seguinte maneira:

Tabela 1 - Distribuição das propriedades por estratos de área no município e na amostra.

Estrados de área (ha)	Nº de propriedades no município	Nº de propriedades na amostra
0 — 15	172	43
15 — 90	96	24
90 e +	79	20
Total	347	87

De acordo com esses estratos de área, os proprietários foram classificados em pequenos, médios e grandes proprietários, respectivamente. Porém, oito dos pequenos proprietários e quatro dos médios não tinham como maior fonte de renda a propriedade estudada, por isso, não podiam a rigor ser considerados como tal, apresentando, inclusive, comportamentos diferentes dos demais em alguns aspectos. Por

isso, eles foram retirados da amostra, embora não se tenha perdido as informações. A amostra ficou então sendo de 35 pequenos proprietários, 20 médios e 20 grandes, perfazendo 75 unidades investigadas.

Dos vinte grandes proprietários sorteados, 14 moravam fora do município tendo sido o questionário respondido pelo administrador. Nestes casos, então, temos dados sobre a propriedade mas não sobre a família, por isso, esta categoria não consta de muitas tabelas.

Além de abranger estas três categorias de proprietários, esta pesquisa inclui as categorias parceiros e assalariados fixos residentes. A princípio, pretendeu-se considerar também o arrendatário, mas seu número era insignificante na área. Como parceiro, foi considerado o indivíduo que explora determinada área mantendo, com o dono da terra arranjos de divisão de produtos e/ou insumos. O arrendatário é o indivíduo que explora determinada área, pagando ao dono da mesma uma quantidade fixa em dinheiro ou produto. Como assalariados fixos residentes, foram considerados aqueles que têm vínculo empregatício e/ou reside ou pretende residir tempo prolongado, isto é, mais de um ano, na propriedade.

Embora não se tenha entrevistado assalariados eventuais, ou volantes, foram tecidas algumas considerações sobre eles. Portanto, torna-se necessário defini-los: são todos os indivíduos que foram empregados pelo proprietário e/ou parceiro por um período relativamente

curto, em geral dias ou semanas, sem vínculo empregatício.<sup>(1)</sup>

Com relação aos parceiros, foram entrevistados 19 dos quais apenas um não foi considerado por estar separado da mulher. A amostra desta categoria apresenta uma falha importante. Como não havia registro algum dos parceiros, não foi possível sortear uma amostra. Fazer a pesquisa em duas etapas, na primeira, levantando o número de parceiros da amostra e na segunda, sorteando-os, seria muito dispendioso. Por isso, a única maneira que se encontrou, para solucionar o problema, foi entrevistar os parceiros que se foi encontrando, enquanto se entrevistava os proprietários. Admitiu-se que isto evitaria vícios já que a amostra dos proprietários abrangia o município todo. Acontece que a presença do parceiro nunca é evidente, daí a importância das informações recebidas da população local sobre o lugar de residência dos mesmos. Depois de concluída a pesquisa é que se pode perceber o problema que este procedimento trouxe. Ao compararmos a amostra dos parceiros entrevistados com o total de parceiros encontrados nas propriedades estudadas, vimos que houve, na verdade, uma inversão. Enquanto que dos 25 parceiros encontrados nas propriedades, 28% eram meeiros de café e 64% pertenciam a fazendas de gado, dos entrevistados, 72,22% eram da primeira categoria e 16,67 da segunda.

---

(1) Estes conceitos foram extraídos, com ligeiras modificações com relação a assalariados fixos, do relatório preliminar da pesquisa "Alternativas de Desenvolvimento para Grupos de Baixa Renda na Agricultura, realizada pela EMBRAPA e outros órgãos no Vale do Ribeira - SP.

Duas explicações foram encontradas para o fato, porém, a primeira não resistiu a uma análise. Pensou-se na possibilidade dos parceiros de fazendas de gado serem pequenos proprietários e não foram entrevistados porque só se pediu indicações de parceiros sem terra, que era os que interessavam. Encontramos, realmente, 3 pequenos e 1 médio proprietário que faziam este tipo de parceria, mas este número é muito pequeno para explicar a diferença.

A segunda seria a de que, como nas fazendas de criação os parceiros são usados temporariamente na reforma de pastos e, nas de café eles são geralmente fixos, era mais fácil para os interrogados nos indicar os meeiros de café que os outros.

Apesar disso, resolveu-se proceder a análise alertando, porém, que o comportamento desta categoria está baseado em entrevistas feitas, na sua grande maioria, com parceiros de café, embora não se tenha notado um comportamento diferente entre os poucos parceiros de fazendas de criação que constaram da amostra.

Quanto aos assalariados, foram entrevistados somente os residentes, numa proporção de 1:15. Cabe lembrar que, nestes casos, foram entrevistadas somente as mulheres por não haver necessidade de dados sobre a propriedade o que, geralmente, não permitia que se prescindisse da presença do marido.

A grande maioria dos que foram sorteados na amostra pertencia a Fazenda Guarani e, devido à grande extensão desta propriedade

(cerca de 24 780 ha) não foi possível percorrê-la toda para entrevistar as mulheres. Por isso, a pesquisa foi concentrada nas três maiores colônias que, embora não se tenha conseguido saber exatamente qual a porcentagem de empregados que elas congregam, comportam, provavelmente, mais de 60% (um informante chegou a estimar em 90% esta cifra).

Esta fazenda é, sob muitos aspectos, um caso especial dentro do município. Em primeiro lugar, ela perfaz quase 40% da área de Valparaíso. Possui mais de 100 assalariados residentes, contratando ainda muita mão-de-obra volante. O trabalho existente na fazenda comporta mais empregados que somente os chefes e filhos adultos das famílias residentes, portanto, qualquer mulher que queira trabalhar encontra serviço, o que não acontece nas outras fazendas grandes da região, a maioria especializada em gado. A Guarani também é uma fazenda de gado, mas conta com uma área relativamente grande de cultura (730,50 ha).

Dada a especificidade, com relação à oportunidade de trabalho para as mulheres, da propriedade onde se encontra 90% dos assalariados da amostra, resolveu-se comparar as mulheres entrevistadas na Guarani com as das outras fazendas. O procedimento foi o seguinte:

Na amostra inicial foram sorteados 20 assalariados, sendo 18 pertencentes à fazenda em questão e 2 a duas fazendas de gado. Entrevistou-se, então, mais dezesseis assalariados pertencentes a cinco fazendas de gado do município. Comparando essas duas amostras de 18 informantes cada uma, pretendeu-se ver como se comportam as mulheres

dos assalariados quando há emprego disponível e quando não o há. A concentração em cinco propriedades se justifica por ser muito difícil percorrer todo o município novamente.

Como a diferença entre essas duas amostras de assalariados parece se resumir a diferentes oportunidades de trabalho para as mulheres, no que se refere aos outros aspectos, resolveu-se proceder à análise conjunta das 36 entrevistas e chamar atenção se houver alguma diferença significativa entre suas duas partes.

A autora deste trabalho está consciente de todas as falhas contidas na amostragem tanto da população assalariada como ~~na~~ dos parceiros, mas, dada ao desconhecimento que se tem da mulher rural, e dada a impossibilidade, no caso, de se fazer uma amostra mais rigorosa, decidiu-se proceder à análise destas entrevistas, alertando de antemão sobre as falhas, esperando que as conclusões tiradas sirvam, pelo menos, de pista para investigações posteriores.

Ao todo, a pesquisa contou com 141 questionários, dos quais doze foram retirados por terem seus informantes outras fontes de renda maiores que a propriedade em questão, restando 129, distribuídos do seguinte modo: 35 pequenos proprietários, 20 médios, 20 grandes, 18 parceiros e 36 assalariados.

Dois pontos ainda devem ser salientados. Primeiro, como 14 grandes proprietários não residiam no município, suas mulheres não puderam ser entrevistadas. Segundo, algumas perguntas não foram res

pondidas por todos os entrevistados, por eles não se lembrarem de certos dados. Também, com relação às variáveis calculadas posteriormente, nem todos os questionários apresentavam uma coerência que permitisse uma estimativa. Por isso, todas as tabelas contêm o número total de observações consideradas no momento, mesmo quando forem tabelas de porcentagem.

### 3.5. Testes estatísticos

Foi aplicado o teste  $\chi^2$  (qui-quadrado) a todas as tabelas M x N que permitiram seu uso. Devido ao grande número de categorias e variáveis, as caselas, algumas vezes, ficaram com frequências muito pequenas, o que prejudica o poder do teste. A única restrição feita foi a de não testar tabelas que apresentasse alguma frequência esperada menor que 1. Entre não testar e testar com alguma insegurança, foi preferida a última alternativa. Por isso, todas as tabelas de frequência com o valor dos respectivos testes constam em anexo para que os leitores possam julgar o grau de confiança dos resultados. Devido, também, ao pequeno número de casos, algumas tabelas precisaram sofrer agrupamentos de classe antes de ser aplicado o teste.

Foi adotado o nível de significância de 5%.



## 4. ANÁLISE

### 4.1. Grau de capitalização das propriedades

Neste ítem, tentar-se-á verificar se existe uma relação entre o tamanho das explorações e sua organização em moldes capitalistas. Para isso, serão utilizadas as variáveis área de exploração, relações de produção e acumulação de capital. A área de exploração será representada pela categoria do entrevistado pois, embora parceiros e pequenos proprietários possam pertencer a mesma categoria de área, ainda não se sabe se seu comportamento será o mesmo com relação a todas as variáveis testadas.

#### 4.1.1. Relações de produção

Neste ítem, ver-se-á como se comportam as diferentes categorias com relação ao tipo de relações de produção que mantém.

Tabela 2 - Porcentagem dos tipos de relações de produção mantida pelas diferentes categorias de entrevistados.<sup>(1)</sup>

Relações de produção	Categoria do Entrevistado			
	parceiro	pequeno proprietário	médio proprietário	grande proprietário
familiar <sup>(2)</sup>	100,00	94,29	80,00	15,00
volante	33,33	40,00	80,00	60,00
assalariado	-	5,71	15,00	95,00
parceria	-	-	25,00	20,00
arrendamento	-	-	-	5,00
Nº total de observações por categoria	18	35	20	20

(1) Os diferentes tipos de relações de produção não são mutuamente exclusivos, por isso a soma das porcentagens ultrapassa 100,00%

(2) Quando o marido trabalha sozinho, sem ajuda de ninguém, foi considerado como trabalho familiar. Esses casos foram raros e apareceram em explorações muito pequenas para comportar mais do que o trabalho de um homem.

Testando-se as frequências (ver anexo tabela 4) vê-se que a diferença entre as categorias é significativa. Somente os parceiros e pequenos proprietários têm comportamento semelhante. O interessante é que o aumento do trabalho assalariado é acompanhado por um aumento da parceria. Este mesmo fenômeno foi observado por SÁ JR. (1973) para o Nordeste e por LOUREIRO (1975) para o conjunto da agricultura brasileira.

Embora uma proporção semelhante de médios e grandes proprietários empregue a parceria, o número de parceiros por propriedade é bem maior nas últimas. Dos 25 parceiros encontrados, 8 pertenciam a 6 médias propriedades e 17 a 4 grandes, perfazendo estes últimos 68,00% do total. Isto talvez se explique pelo fato de que, nas primeiras, a parceria é usada geralmente no cultivo de café e é, portanto, mais ou menos fixa. O proprietário que cultiva café deste modo, tem sempre um ou dois parceiros em sua propriedade. Já nas grandes, a parceria é usada para reformar pastos com agricultura de subsistência e esta reforma é temporária, durante cerca de 2 a 3 anos, tempo necessário para o parceiro plantar, colher e deixar a área com o capim já plantado. A concentração, portanto, de grande número de parceiros em poucas propriedades não significa que estes proprietários tenham uma preferência especial por este tipo de trabalho. Esta prática de reforma de pasto é comum na região. O que há é uma rotação de parceiros.

A grande proporção de parceiros nas maiores propriedades pode parecer surpreendente, mas SÁ JR. (1973:129/30) explica o fenômeno da seguinte maneira:

"A expansão dos minifúndios, com suas atividades de subsistência, não assume, apesar da aparência, um caráter pré-capitalista, nem indica um regresso parcial ao pré-capitalismo. Somente a forma das relações internas de produção do minifúndio não é capitalística; seu conteúdo é plenamente capitalista, revelando a flexibilidade de que possui o sistema para adaptar-se às diversas situações... delas retirando o máximo que puder de excedente, para alimentar sua máquina de acumulação e concentração de capital".

Além do trabalho assalariado e da parceria, a complexidade das formas de trabalho empregadas, também aumenta com o aumento da área explorada. A proporção dos que utilizam duas ou mais formas de relações de trabalho é de 33,33% para os parceiros, 40,00% para os pequenos proprietários e 70,00% para os médios e grandes (ver anexo, tabela 5).

Pode-se perceber que, com relação ao trabalho familiar, os médios proprietários estão mais próximos dos pequenos que dos grandes. Isto se explica pelo fato de que a propriedade de tamanho médio foi considerada como variando de mais de 15 ha a 90 ha, quando, na região, há um hiato grande no tamanho das propriedades. Das 20 médias propriedades, 16 (80,00%) tem área menor que 40 ha. O hiato fica mais evidente quando se analisa o tamanho médio por categoria, que vem a ser de 11,31 ha para os parceiros, de 6,12 ha para as pequenas propriedades, 30,92 ha para as médias e 1786,91 ha para as grandes. É preciso lembrar que esta última média é artificialmente elevada pela presença de uma propriedade que ocupa cerca de 40,00% da área do município, mas, mesmo eliminando-a, a diferença é relevante, passando a área média a ser

de 576,72 ha.

Voltando à tabela 2, vê-se que a forma predominante de trabalho nas pequenas explorações é a familiar, nas médias ela se equipara ao trabalho volante e nas grandes, a forma mais utilizada é o assalariado.

De acordo com MARX (1974:272) "... as condições de trabalho apenas são capital se funcionarem como não propriedade diante do trabalhador e, portanto, como propriedade alheia. O modo de existência de tais condições, opositiva frente ao trabalho, transforma seu proprietário em capitalista e tais condições, por ele possuídas, em capital." (grifos do autor).

Baseando-se neste conceito de capitalista, vê-se que o fato de todas as categorias estarem integradas no mercado, não significa que se capitalizaram, pois a penetração no mercado não trouxe modificações na estrutura de trabalho das pequenas explorações onde predomina o trabalho familiar. Já nas grandes, predomina o trabalho assalariado.

#### 4.1.2. Acumulação de capital

A acumulação de capital supõe obtenção de lucro através da apropriação da mais valia. Como diz LOUREIRO (1975:22/23): "... na

medida em que a produção não é possível ser feita em moldes capitalistas - "remunerando" renda da terra, salário e lucro - ela se faz em moldes camponeses - "remunerando" apenas renda da terra e "salário" (ou melhor, a subsistência) para os produtores diretos".

A renda líquida dos entrevistados foi estimada tendo por base os dados do PROGNÓSTICO (1975/76). Os Prognósticos são trabalhos publicados anualmente desde 1972 pelo Instituto de Economia Agrícola, órgão pertencente à Secretaria da Agricultura de São Paulo. Seu objetivo é analisar o quadro geral da agricultura de São Paulo; projetar oferta e demanda para os principais produtos; apresentar os resultados econômicos das explorações e estimar seus custos operacionais; e identificar a evolução e as tendências dos mercados de fatores e produtos. Para se estimar a renda, os dados utilizados foram o custo operacional dos principais produtos e seus preços médios para o ano agrícola de 1974/75. O custo operacional é apresentado tanto por hectare quanto por unidade produzida. Além disso, é subdividido por itens, a saber: mão-de-obra, semente e muda, adubo e corretivo, defensivo, operação de máquinas, colheita por empreita e depreciação. A renda da terra não é considerada. Quanto ao preço dos produtos, é apresentada uma média dos preços obtidos no Estado para cada mês.

O procedimento com relação a estimativa dos custos operacionais segundo o próprio Instituto de Economia Agrícola<sup>(1)</sup> é o seguinte:

---

(1) Essas informações foram fornecidas por técnicos que participaram da elaboração dos prognósticos.

foi feito um levantamento de campo sobre cada produto, em diferentes datas, sendo o do café, a principal cultura da região, realizado na década de 1960. Com os dados destes levantamentos foram calculados coeficientes técnicos através dos quais se procede à atualização anual dos custos operacionais, com base nos preços correntes dos fatores e dos produtos. O Instituto justifica a utilização de coeficientes uma vez que não houve mudanças estruturais na tecnologia de produção das culturas estudadas, fato que, se ocorrido, exigiria novo levantamento de campo.

O procedimento com relação à estimativa da renda dos entrevistados será descrito a seguir.

No questionário constavam dados tanto sobre a área planta-da quanto sobre a quantidade colhida. Preferiu-se trabalhar com a se-gunda variável porque, com relação a ela, as respostas foram mais exa-tas. Quando se tratava da área plantada, foram comuns respostas precêdidas de expressões como "mais ou menos", "mais que" e "menos que". Já com relação à quantidade colhida não apareceram essas imprecisões, e, a-lém disso, os dados coletados sobre a produção permitiam distinguir a parte consumida da vendida, o que é fundamental para o cálculo da renda. Pa-rra isso, calculou-se o valor total do custo operacional dos diferentes produ-tos colhidos por unidade investigada, em primeiro lugar incluindo a mão-de-obra e, em segundo, excluindo-a. A seguir, foram comparados es-tes dois valores com o valor da produção vendida, que foi calculado com base num preço médio estabelecido através da média aritmética do preço alcançado nos doze meses do ano agrícola. Com relação ao preço dos produ

tos, preferiu-se usar os dados do Prognóstico que os do questionário porque, no segundo caso, a variação era muito grande.

O uso desses dados secundários exige duas ressalvas. Em primeiro lugar, o Prognóstico não contém informações sobre todos os produtos encontrados na área, como é o caso da seda e das atividades horti-granjeiras. Por isso, algumas propriedades não puderam ser consideradas. Em segundo lugar, a observação que deve ser feita é a mesma que seus próprios autores fizeram: "Por seu caráter pioneiro entre nós e dada a natureza aleatória de alguns problemas analisados, este trabalho apresenta ainda muitas limitações que só com o tempo poderão ser corrigidas."<sup>(1)</sup>

Em Valparaíso, as propriedades, mesmo as pequenas, são especializadas e integradas no mercado (ver anexo, tabelas 1 e 2). Nas pequenas e médias encontramos, principalmente, café e nas grandes, gado. De acordo com o produto principal, as explorações se apresentam do seguinte modo:

---

(1) Prognóstico 1972/1973.



Tabela 3 - Distribuição percentual dos entrevistados por produto principal.

Produção principal	Categoria do Entrevistado			
	parceiros	pequenos proprietários	médios proprietários	grandes proprietários
café	72,23	48,84	50,00	30,00
milho	11,11	9,30	8,33	-
amendoim	-	4,65	8,33	-
gado	5,55	11,63	16,68	70,00
sêda	11,11	4,65	8,33	-
algodão	-	4,65	-	-
granja	-	4,65	-	-
outros	-	11,63	-	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Nº total de observações por categoria	18	43	24	20

Na análise das categorias quanto ao nível de renda, tentou-se verificar se elas conseguem remunerar os fatores de produção, dando-se ênfase especial à não remuneração da mão-de-obra porque isto explicaria, em parte, o trabalho familiar.

No caso dos parceiros, dos 16 cuja renda foi estimada, 13 não conseguem remunerar totalmente a mão-de-obra. Quanto aos pequenos proprietários, dos 30 analisados, 28 também não o fazem. Nestes dois casos fica clara a não existência de lucro, e nem mesmo de uma remuneração salarial de acordo com os padrões vigentes. A renda da terra não foi incluída no cálculo. Mesmo os que remuneraram a mão-de-obra, apresentam um lucro tão irrisório que poderia ser considerado como salário, já que o preço da força de trabalho encontrado no Prognóstico e o preço mínimo, calculado sobre o mínimo de trabalho necessário, mas é preciso ver que onde há mão-de-obra familiar, geralmente, há um número excedente de trabalhadores, pelo menos, nas entre-safras. Se eles sobrevivem é porque, como agricultores, têm algumas vantagens com a agricultura de subsistência, cujo consumo, mesmo que não atinja 50% do total, representa uma economia de dinheiro e uma garantia, na medida em que o que ele produz para si é essencial à subsistência, ou seja, o arroz, o feijão, verduras, frutas e a carne em forma de porcos e galinhas. Além disso, os pequenos proprietários não pagam aluguel de casa.

Como se vê, o pequeno agricultor não pode ser encarado como capitalista. De acordo com Marx (1968: 186/187).

"Nosso possuidor de dinheiro que, no momento, prefigura o capitalista tem de comprar a mercadoria pelo seu valor, vendê-la pelo seu valor e, apesar disso, colheu no fim do processo mais valor do que nele lançou".

E, mais adiante:

"Para extrair valor de consumo de uma mercadoria, nos so possuidor de dinheiro deve ter a felicidade de des cobrir, dentro da esfera de circulação, no mercado, uma mercadoria cujo valor de uso possui a propriedade peculiar, de ser fonte de valor, de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor, por tanto. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado essa mercadoria especial: é a capacidade de trabalho ou a força de trabalho"

O pequeno produtor não se ajusta, portanto, à idéia de capitalista, estando num regime de produção simples de mercadorias. As mercadorias produzidas são vendidas (trocadas por dinheiro) para comprar outras mercadorias, destinada ao próprio consumo do produtor e à obtenção de insumos para a produção. Se ele faz algum investimento em bens materiais, o que nem sempre é possível, este dinheiro não provém do lucro da venda de mercadorias, mas sim da parte que corresponderia a seu salário, ou seja, à remuneração do seu trabalho, que é pagada devido as suas condições especiais de existência.

No caso dos médios e grandes proprietários, dada a presença significativa de gado de corte, não foi possível estimar individualmente a renda. Apesar de apenas 16,68% das propriedades de tamanho médio ter como produto principal a pecuária, ela está presente em 54,17% dos casos. Nas grandes, ela está presente em todos os casos.

A principal dificuldade com relação à pecuária foi a resistência para a obtenção de informações. A maior parte dos questionários dos grandes proprietários (70%) foi respondida por administradores que não estavam a par dos detalhes dos negócios do patrão. Mas, mesmo quando o entrevistado era o próprio proprietário, houve uma tendência para esconder a renda proveniente da venda do gado, bem como o número de cabeças. Além disso, como foi esclarecido na metodologia, a necessidade de se fazer uma estimativa da renda surgiu depois que o trabalho de campo já estava terminado e, por isso, faltavam, no questionário, dados essenciais para o cálculo do valor do rebanho, dados como raça e idade dos animais.

Porém, se não foi possível fazer uma estimativa individual da renda, uma estimativa global foi conseguida através do PROGNÓSTICO (1975/76), com relação à pecuária de leite, e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), com relação à pecuária de corte.

De acordo com a "Estimativa de Custo Operacional e Análise da Renda por Litro de Leite Produzido em Diferentes Tamanhos de Produção, na Região do Vale do Paraíba, Estado de São Paulo", realizada em maio de 1975<sup>(1)</sup>, a pecuária de leite é considerada lucrativa quando há uma venda de 100 litros ou mais por dia. Supondo-se, por falta de outros dados, que isto seja verdadeiro também para a região em estudo, vê-se que das nove grandes propriedades produtoras de leite, apenas uma não

---

(1) Prognóstico 75/76, p.20.

atingiu esta cifra. Já nas médias propriedades, o leite é mais para autoconsumo e só é vendido o excedente. Das três que o fazem, nenhuma atingiu este limite.

Porém, se quanto à pecuária de leite não há uma estimativa para a região em estudo, o que levou à utilização de dados levantados no Vale do Paraíba, procedimento que contém riscos, o mesmo não acontece com relação à pecuária de corte e as grandes propriedades produtoras de leite, com exceção de apenas uma, possuem também gado de corte.

Com relação à pecuária de corte, os engenheiros agrônomos responsáveis por um programa atual de zootecnia para a região de Aracatuba, onde se situa o município em estudo, informaram, com base em um levantamento feito por eles, que nesta região o número de cabeças por hectare está acima da média do Estado e que as propriedades com mais de 100 ha, que é o caso de todas as grandes propriedades da amostra, são seguramente lucrativas. Já com relação às médias, esta atividade mantém um equilíbrio entre receita e despesa, não havendo nem lucros nem prejuízos grandes.

Outro fenômeno relevante que aparece nas médias e grandes propriedades é a presença do meeiro no café, o que torna esta atividade mais lucrativa, pois observou-se a na região que o dono da terra, geralmente, participa dos gastos apenas com relação ao adubo e financiando o empreendimento. Os gastos com os outros fatores, inclusive mão-de-obra quando necessária, são por conta do parceiro, recebendo o dono da terra 50% da produção.

De tudo o que foi exposto acima, pode-se concluir que as pequenas explorações não são lucrativas, enquanto as grandes o são. As médias, embora mais próximas das pequenas que das grandes, parecem ser mais lucrativas que as primeiras, quando se examina a presença de fonte de renda complementar, proveniente de parceria (no caso dos proprietários), do trabalho volante e assalariado, de aposentadoria e de trabalhos autônomos.

Os parceiros, quanto a este aspecto, constituem um caso especial porque, na região, os proprietários geralmente não permitem que os parceiros e suas famílias desenvolvam trabalho complementar em outro lugar que não a própria propriedade. Isto explicaria o baixo índice, 22,22%, de famílias que acusam alguma renda extra. Os pequenos proprietários apresentam o maior índice, 42,86%. Se levarmos em conta, também, os oito membros desta categoria que não tem como principal fonte de renda a propriedade estudada, este índice eleva-se para 53,49%. Para os médios proprietários, a proporção é de 20,00%. Levando em conta os quatro que não tem como maior fonte de renda a propriedade, a proporção é de 33,33%. Sobre os grandes proprietários não possuímos dados.

A diferença entre os pequenos e médios proprietários foi significativa (ver anexo, tabelas 6 e 6.1), o que leva a crer que os últimos tenham renda maior que os primeiros.

### 4.1.3. Conclusão

Sendo que nas pequenas explorações o trabalho é fundamentalmente familiar e não há presença de lucro, nem mesmo de salário sa ti s f a t ó r i o, pode-se concluir que são explorações não capitalistas. Já as grandes propriedades, com trabalho predominantemente assalariado e lucro significativo, configuram-se como explorações capitalistas. As médias propriedades, quanto às duas variáveis, estão mais próximas das pequenas que das grandes, porém, guardando ainda uma diferença significati va com as primeiras.

### 4.2. O trabalho da mulher no meio rural

O trabalho da mulher será dividido em três tipos: a) tra ba l h o do m é s t i c o; b) trabalho produtivo no lar e c) trabalho produtivo fora do lar. Esta separação é difícil de ser feita porque as ativida des da mulher no meio rural são perfeitamente integradas e elas conside ram como casa não só o prédio onde moram mas toda a propriedade. Traba l h a r no campo ou no lar, para elas, é trabalhar "em casa".

Como trabalho doméstico foram consideradas as ativida des de lavar e passar roupa, cozinhar, lavar a louça, arrumar a casa e cuidar das crianças. Pode-se incluir, também, a atividade de costurar porque, em todas as categorias, salvo os grandes proprietários sobre quem

não se tem dados, a maioria das mulheres costumam para casa. O trabalho produtivo realizado no lar abrange os cuidados com a horta e com os animais domésticos. O trabalho produtivo fora do lar se refere aos trabalhos realizados no campo. Sempre que se usar a palavra "trabalho" sem qualquer qualificação neste estudo, ela se refere ao último caso.

A separação entre trabalho produtivo e não produtivo (trabalho doméstico) foi feita com base no trabalho de FLORA e JOHNSON (1975). Em reforço a utilização desta classificação pode-se citar SINGER e MADEIRA (1973:45):

"O trabalho doméstico... não constitui uma atividade produtiva propriamente dita, pois não se acha integrado na divisão social do trabalho nem contribui para o produto social. É uma atividade que produz serviços ... que o consumidor presta a si mesmo ... que só apresentam significado econômico quando decorrem de serviços prestados por empresas que os vendem" (grifo do autor).

Por esta citação pode parecer que o cuidado com a horta e com os animais domésticos não seriam atividades produtivas. Porém elas podem ser consideradas como tal, porque é comum, principalmente nas pequenas explorações, vender os produtos destas atividades, embora esporadicamente, para aumentar a renda familiar.



#### 4.2.1. Trabalho doméstico

As entrevistadas fazem distinção entre dois tipos de trabalho doméstico: o "de dentro" e o "de fora", termos usados por elas mesmas. Ao primeiro correspondem as atividades de lavar e passar roupa, cozinhar, lavar a louça, arrumar a casa, cuidar das crianças e costurar. O "de fora" corresponde a cuidar do quintal, onde ficam a horta e os animais domésticos, tirar água do poço, carpir e varrer a área em torno da casa e rachar lenha. Estes trabalhos são do domínio das mulheres e das crianças, sendo rara a ajuda do marido e, somente, em caso de doença ou quando a mulher trabalha muito no campo.

Neste trabalho, como já foi dito, o cuidado com a horta e com os animais não será considerado trabalho doméstico.

#### 4.2.2. Trabalho produtivo da mulher no lar

Sendo o cuidado da horta considerado como um trabalho produtivo, procurar-se-á ver em que categorias ele faz parte das responsabilidades atribuídas à mulher.

Tabela 4 - Distribuição percentual de mulheres que cuidam da horta por categoria do entrevistado.

Mulheres que cui- dam da horta	Categoria do entrevistado				
	parcei- ro	pequeno proprietário	médio proprietário	grande proprietário	assala- riado
Cuidam	16,67	40,00	55,00	10,00	8,33
Não cuidam	83,33	60,00	45,00	90,00	91,67
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Nº total de derivação por catego- ria	18	35	20	20	36

Testando as frequências com relação a esta variável (ver anexo, tabelas 7 e 7.1) tem-se que não existe diferença significativa entre as categorias pequenos e médios proprietários, de um lado, e parceiros e grandes proprietários de outro, mas entre estes dois grupos a diferença é significativa, tendo a proporção maior aparecido no primeiro grupo.

As porcentagens nas categorias parceiros e pequenos proprietários são baixas não porque o cuidado com a horta fique a cargo de outros, mas porque a maioria não tem horta, muitas vezes por falta de espaço. Se se calcular a razão entre o número de mulheres que cuidam da horta e o número das que tem horta, a situação se modifica um pouco.

Tabela 5 - Distribuição percentual das mulheres que tem horta e que cuidam dela por categoria do entrevistado.

Mulheres que cuidam da horta	Categoria do entrevistado				
	parceiros	pequenos proprietários	médios proprietários	grandes proprietários	assalariados
Cuidam	42,86	82,35	64,71	28,57	75,00
Não cuidam	57,14	17,65	35,29	71,43	25,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Nº total de observação por categoria	7	17	18	7	4

Testando-se os dados (ver anexo, tabelas 8 e 8.1) parece haver uma modificação na situação dos assalariados que, agora, não mostram diferença significativa com os pequenos e médios proprietários. Mas devido ao número muito pequeno de casos é melhor que esta constatação permaneça como hipótese para uma verificação futura.

Quanto aos animais domésticos, cujo cuidado também foi considerado como trabalho produtivo, os resultados obtidos mostram a participação da mulher nesta atividade.

Tabela 6 - Distribuição percentual das mulheres que cuidam dos animais por categoria do entrevistado.

Mulheres que cuidam dos animais	Categoria do entrevistado				
	parceiro	pequeno proprietário	pequeno proprietário	pequeno proprietário	assalariado
Cuidam	42,86	82,35	64,71	28,57	75,00
Não cuidam	57,14	17,65	35,29	71,43	25,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Nº total de observações por categoria	18	35	20	20	36

Testando as frequências com relação ao cuidado com os animais (ver anexo, tabelas 9 e 9.1), vê-se que os pequenos proprietários são os que apresentam porcentagem mais alta, seguem-se os parceiros e as salarizados que não apresentam diferenças significativas entre si, depois os médios proprietários e, por fim, os grandes.

Como quase todos os entrevistados tinham animais domésticos, não se notou diferença significativa que justificasse o cálculo da razão entre os que cuidam e os que tem animais (ver anexo, tabela 10).

O fato de nem todas as hortas e animais serem cuidados pelas mulheres não significa que o sejam pelos homens. O que acontece é que, como são trabalhos leves, muitas vezes, são realizados pelas crianças.

Note-se que apesar da variação entre as categorias quanto à predominância de trabalho produtivo no lar, os grandes proprietários sempre ficaram em último lugar.

#### 4.2.3. A mulher e o trabalho no campo

A integração da mulher na produção agrícola é a principal preocupação deste trabalho. Neste ítem, procurou-se medir sua intensidade por categoria do entrevistado.

Tabela 7 - Distribuição percentual das esposas que trabalham no campo por categoria do entrevistado.

Mulheres que tra- balham nos cam- pos	Categoria do Entrevistado						
	par- cei- ro	peque- no pro- prietá- rio	médio pro- prie- tário	gran- de pro- prie- tário	Assalariado		
					assalaria- dos de fa- zendas de cultura	assalaria- dos de fazendas de gado	total de assala- riados
Trabalham	61,11	54,29	25,00	-	11,11	22,22	16,67
Não traba- lham	38,89	45,71	75,00	100,00	88,89	77,78	83,33
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Nº total de obser- vação por cate- goria	18	35	20	20	18	18	36

Dado ao pequeno número de mulheres que trabalham nas médias propriedades e no caso dos assalariados, 5 e 6 respectivamente, os resultados da análise desses casos devem ser sempre tomados como indicação para novas pesquisas.

A diferença entre as várias categorias é bastante significativa. As maiores porcentagens pertencem aos parceiros e pequenos proprietários que não apresentam diferença significativa entre si. Seguem-se os médios proprietários, guardando diferença das duas primeiras categorias, e depois os grandes proprietários e assalariados que apresentam comportamento semelhante (ver anexo, tabelas 11 e 11.1).

Um número muito pequeno de mulheres apresentou outro tipo de trabalho, além do agrícola. Uma mulher de parceiro é meredeira de uma escola e costura para fora, uma mulher de pequeno proprietário, uma de médio e uma de assalariado costuram para fora, mas pouco, duas mulheres de assalariados são empregadas domésticas e uma mulher de assalariado faz queijo para vender.

O caso dos assalariados exige uma explicação complementar. No início do trabalho foi dito que se tentaria ver se existia diferença de participação na produção agrícola das mulheres dos assalariados entre os entrevistados da fazenda Guarani e as das outras fazendas de gado, porque, no primeiro caso, as oportunidades de trabalho eram maiores. De acordo com as frequências correspondentes às porcentagens da tabela 7, vê-se que, no caso da Guarani 2 mulheres trabalham e, no caso das outras fazendas, 4 o fazem. Pode parecer, à primeira vista, que,

no segundo caso, a participação é ligeiramente maior, já que os totais são iguais, mas acontece que dessas 4, duas constituem casos especiais, porque no questionário foram consideradas como mulheres que trabalham todas aquelas que desenvolveram qualquer atividade no campo no período de julho de 1974 a junho de 1975 e uma delas trabalhou neste período, porém, antes do marido ser assalariado, quando ele ainda era parceiro, e outra trabalha porque o dono da terra lhes cede um pequeno pedaço de terra, sem cobrança de aluguel, para plantarem arroz e feijão. Subtraindo esses dois casos, número igual de mulheres trabalham nas duas categorias de assalariados, o que é um tanto surpreendente, tendo-se em conta que na fazenda Guaraní, elas tem maior oportunidade de trabalho. O fato se torna ainda mais interessante quando se analisa o trabalho de outras mulheres da casa.

Tabela 8 - Número de filhas e noras de 15 e mais anos que trabalham nos campos por categoria do entrevistado.

Nº de filhas e noras que trabalham	Categoria do entrevistado					
	parceiro	pequeno proprietário	médio proprietário	assalariados de fazendas de cultura	assalariados de fazendas de gado	total de assalariados
Trabalham	6	6	6	1	4	5
Não trabalham	1	7	6	5	3	8
Total	7	13	12	6	7	13

O número de casos é muito pequeno para que se possa testar estatisticamente, mas parece que se pode levantar uma hipótese, que poderá ser testada num trabalho posterior, de que a existência de maiores oportunidades de trabalho não está levando as mulheres a trabalhar mais, no caso dos assalariados. Se a hipótese for verdadeira, talvez a explicação se encontre nos trabalhos de BLAY (1975) e ALIER (1975) que falam da dupla limitação que sofre o trabalho da mulher, pois mesmo quando ele é requerido pelo mercado, ela sofre pressão por parte do grupo familiar. Quando, mais adiante, se for analisar o porque do não trabalho das mulheres, ver-se-á que só nos casos dos assalariados aparece como motivo a proibição do marido.

Esta explicação seria apenas uma das hipóteses possíveis. Tem-se sempre que levar em conta que a fazenda Guarani, onde se encontram todos os assalariados de cultura, é um caso especial. Lá, todos os empregados são registrados regularmente, compram carne e leite a preços irrisórios, simbólicos mesmo, e o aluguel é gratuito sendo, portanto, o nível de vida de seus empregados mais altos que o dos outros assalariados da região. Isto lembra o trabalho de FLORA e JOHNSON (1975) que mostra que onde o trabalho é difícil e o nível de vida baixo, as mulheres trabalham mais. Talvez as duas idéias se complementem e a pressão do grupo familiar só se expresse quando não está em jogo a sobrevivência.

Com relação ao trabalho da mulher onde há oportunidade dela o exercer, como é o caso das mulheres dos proprietários, o esquema



de três fases proposto pelas autoras FLORA e JOHNSON e encontrado em outros trabalhos sobre países desenvolvidos, não se adapta à realidade estudada. De acordo com este esquema, que pode ser representado por uma curva em U, as mulheres trabalham no início do casamento, depois param para cuidar da casa e dos filhos e voltam a trabalhar depois que os filhos cresceram.

Na amostra estudada, apenas duas mulheres pararam de trabalhar enquanto os filhos eram pequenos e depois voltaram a fazê-lo. De todas as mulheres entrevistadas que não trabalham atualmente, 54,41% delas trabalharam no início do casamento mas, até agora, não voltaram a trabalhar e a maioria já tem os filhos crescidos. Isto vem confirmar os resultados das pesquisas publicadas pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (1970), já citado na revisão de literatura. Apenas que, nessas pesquisas, a idade com que a mulher parava de trabalhar era por volta de 20 anos e, neste estudo, foi por volta de 30. Houve variações com relação às diferentes categorias, sendo a idade média com que as mulheres dos médios proprietários param de trabalhar de 34 anos, a dos pequenos 33, a dos parceiros 27 e a dos assalariados 26.

Não só a proporção de mulheres é diferente nas várias categorias mas, também, o número de horas por dia que dedicam ao trabalho no campo difere seguindo tendência semelhante mas não idêntica.

Tabela 9 - Distribuição percentual das mulheres que trabalham que o fazem em tempo integral<sup>(1)</sup>

% de mulheres que trabalham em tempo integral	Categoria do Entrevistado			
	Parceiros	pequenos proprietários	médios proprietários	Assslariados
Trabalham	44,44	20,00	10,00	-
Não trabalham	55,56	80,00	90,00	100,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Nº total de observações por categoria	11	19	5	6

(1) foi considerada trabalhadora tempo integral a mulher que trabalha 12 meses por ano, 6 ou mais horas por dia.

Quanto ao trabalho feminino em tempo integral, os parceiros apresentam a maior porcentagem, mantendo diferença significativa com os pequenos proprietários que seguem em segundo lugar e diferem, por sua vez, significativamente, dos assalariados, médios e grandes proprietários que apresentam comportamento semelhante (ver anexo, tabelas 12 e 12.1).

O fato de que em todas as categorias menos de 50% das mulheres trabalham tempo integral, reforça a idéia de SINGER (1970) de que o trabalho da mulher é sazonal, coincidindo com os períodos de maior trabalho, ou seja, a colheita. A maior parte das mulheres que trabalham só

o fazem nesta época, o mesmo acontecendo com a mulher volante, que será assunto do próximo item.

Pelos dados apresentados, vê-se que são as mulheres dos parceiros e pequenos proprietários as que mais se integram na produção agrícola e as mulheres que trabalham, do mesmo modo que os homens, fazem-no tanto nas culturas de mercado quanto nas de subsistência. Os únicos trabalhos que as mulheres dizem não fazer são: tombar terra, fazer cerca, carregar sacaria pesada, lidar com máquinas e com o gado, embora algumas os façam.

Antes de terminar a análise do trabalho da mulher no campo, é preciso lembrar de uma categoria que não foi entrevistada nesta pesquisa que é a mulher volante.

#### 4.2.4. A mulher volante

O trabalho volante, de acordo com os informantes, tem crescido muito nos últimos anos. SÁ JÚNIOR (1973:119/120) explica o porque da seguinte forma:

"O diarista residente na cidade é o tipo de trabalhador que mais convém aos interesses dos proprietários vinculados a culturas de exportação. Estas, por serem vulneráveis às oscilações do mercado externo, podem, graças ao trabalhador diarista, dispor de maior flexibilidade para aumentar ou contrair o seu ritmo de atividade, através do aumento ou da diminuição do número de dias em que a mão-de-obra é contratada".

É, realmente, nas fazendas de café, produto de exportação, que se contrata o maior número de volante. Nas fazendas de pecuária, onde o número de volantes é pequeno porque esta atividade exige pouca mão-de-obra, quando há trabalho a mais dá-se preferência a trabalhadores homens. Nestas propriedades, e mesmo nas médias, é frequente o caso de se manter um ou dois volantes o ano todo tendo, porém, o cuidado de reversá-los a cada três meses, para evitar os encargos de previdência social. Os grandes proprietários justificam esta preferência por volantes homens, dizendo que quando precisam de trabalhadores é para trabalho pesado, como fazer cerca e lidar com o gado. Nas fazendas de cultura não há esta preferência, havendo mesmo uma tendência contrária. Dos parceiros e proprietários que contratam volantes, por ocasião das colheitas, 80,43% contratam mulheres e 63,15% contratam número igual ou maior de mulheres.

Agora, a mulher como assalariada fixa não existe. Mesmo na Guarani, onde o número de empregados fixos é grande e suas famílias residem na propriedade, não há mulheres registradas. Interrogados sobre o porque disto, os responsáveis responderam mais ou menos o seguinte: eles contratam só homens porque estes geralmente vem acompanhados da família cujos membros, inclusive a mulher, formam uma mão-de-obra disponível para as épocas de maior trabalho e dispensam a despesa do transporte.

Não há no meio rural discriminação alguma contra o trabalho da mulher, porque ela sempre trabalhou nos campos. A diferença está em que, como diz ALIER (1975), antes trabalhavam com a família e agora o fazem em troca de salário. Das 127 mulheres entrevistadas, apenas 20

(15,75%) nunca trabalharam no campo.

A explicação para a grande quantidade de mão-de-obra feminina foi mais ou menos uniforme: a mulher trabalha bastante, não faz questão de ser registrada, não faz queixa na justiça, não precisa trabalhar o ano todo e sua diária é menor, cerca de 80% da do homem. Porém, se se for medir a renda em termos mensais ou anuais esta porcentagem provavelmente diminuirá muito, pois o trabalho da mulher volante é sazonal. Os dois últimos itens mostram claramente como o trabalho da mulher é encarado como subsidiário ao do homem; é apenas uma ajuda no orçamento familiar.

É por tudo isso que, se o trabalho volante é vantajoso para o proprietário, o trabalho volante feminino o é muito mais, pois este é um contingente de pessoas cujo trabalho é tradicionalmente desvalorizado e que não tem tradição de trabalho assalariado, o que permite ao proprietário pagar menos e não ter o problema de enfrentar reinvindicações advindas de uma maior consciência da situação. Este tema será melhor explorado na conclusão.

#### 4.2.5. O motivo do não-trabalho da mulher

Não se pode analisar o trabalho da mulher sem levar em conta, também, o não-trabalho, entendido como a não participação na produção agrícola. Para se entender porque ela trabalha deve-se entender, também, porque não o faz, ou melhor, deve-se procurar ver se as justifi

cativas para o não-trabalho, por elas apresentados, correspondem à realidade, ou, caso contrário, desvendar suas raízes em outro nível que não o da representação verbal das entrevistadas.

Tabela 10 - Distribuição percentual das mulheres que não trabalham, de acordo com o motivo do não-trabalho.

Trabalho de casa	Doença e idade	falta de terra e trabalho	Não precisa trabalhar	Marido não deixa	Outros	Total
53,01	13,26	6,02	16,87	3,61	7,23	100,00

A proibição do marido só apareceu no caso dos assalariados.

Pelo quadro acima vê-se que a principal justificativa das mulheres para o não trabalho é, sem dúvida, a responsabilidade pelos encargos do lar. Mas resta a questão se esta é a verdadeira razão ou é apenas a razão aceita pelas mulheres. A dúvida se esclarece quando se analisa a presença ou não de ajuda nos trabalhos domésticos. Levando-se em conta, somente, a ajuda de mulheres de 15 e mais anos, o que se constatou foi o seguinte: enquanto 54,54% das mulheres que alegam o trabalho de casa como causa do não trabalho nos campos não tem ajuda nos encargos domésticos, 61,36% das mulheres que trabalham também não a tem, portanto, não é realmente o trabalho doméstico que impede a mulher de trabalhar no campo.

Isto fica ainda mais claro quando se verifica que, das mulheres entrevistadas que trabalharam quando solteiras, 45,59% pararam de trabalhar assim que se casaram, alegando como motivo do não trabalho o próprio casamento, como se ele, por si só, já constituísse motivo suficiente.

Diante disto, vemos que as conclusões das autoras americanas FLORA e JOHNSON (1975) sobre seu país são verdadeiras, também, para, pelo menos, a região do Brasil estudada neste trabalho. Para elas, no meio rural, a divisão do trabalho continua rígida e tradicional, com as funções de sexualidade, reprodução e socialização da criança predominando sobre a função produtiva, que adquire um caráter secundário, salvo nos casos de sobrevivência. Isto parece se confirmar, cada vez mais, quando se examinam outras variáveis que poderão ter influência no não trabalho da mulher.

#### a) Idade da família

Como idade da família considera-se o número de anos de casamento. Este dado nos daria uma idéia aproximada da idade dos cônjuges e da existência ou não de filhos adultos.

Tabela 11 - Distribuição percentual das mulheres por idade da família e por categoria do entrevistado.

Idade da família	Categoria do Entrevistado			
	parceiros	pequenos proprietários	médios assalariados	assalariados
até 20 anos	77,78	37,14	45,00	88,89
20 e + anos	22,22	62,86	55,00	11,11
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Nº total de observação por categoria	18	35	20	36

A diferença entre as várias categorias é significativa, como no caso do trabalho das mulheres. Porém, quando se testam as respectivas frequências, vê-se que as variáveis idade da família e trabalho da mulher têm comportamentos diferentes (ver anexo, tabelas 13; 13.1 e 13.2).

Quanto à idade da família, parceiros e assalariados não apresentam diferença significativa enquanto o fazem com relação ao trabalho da mulher. O mesmo acontece com pequenos e médios proprietários. Isso já sugere que a categoria do entrevistado é mais relevante para o trabalho feminino que a idade da família. Resta saber se esta variável é relevante dentro de uma mesma categoria. Testando-se três das



quatro categorias, pois os assalariados apresentaram frequências muito pequenas para permitir o uso do teste  $\chi^2$ , não se notou nenhuma diferença significativa. Isto faz pensar que o trabalho da mulher independe da idade da família.

Poder-se-ia argumentar que a proporção de mulheres que trabalham com até vinte anos de casadas, fica prejudicada pela presença de mulheres grávidas e com crianças pequenas que não trabalhariam. Acontece que não é comum, no meio rural, a mulher parar de trabalhar quando está grávida ou com criança pequena. Para ela, trabalhar no campo é o mesmo que trabalhar em casa, portanto, ela não acha que está "abandonando" os filhos indo para a roça. Trabalhar no campo com a criança ao lado "embaixo do pé de café" é o mesmo que uma mulher da cidade fazer o serviço de casa com a criança em um carrinho por perto. De todas as mulheres entrevistadas que trabalham ou trabalharam, 79,76% trabalharam grávidas, sendo que 53,73% até o último mês. 96,43% trabalharam com criança até um ano. O limite máximo de idade da criança para a mãe não trabalhar foi de 3 anos de idade da criança, tendo apenas 2 mães ultrapassado este limite.

De todas as mulheres que trabalharam com crianças pequenas, 48,57% não tinham com quem deixá-las, sendo que 45,71% as levavam junto a 2,86% as deixavam em casa e vinham olhar de vez em quando.

Diante destes dados, vemos que apesar da gravidez e dos filhos pequenos, não é comum as mulheres pararem por um ano de trabalhar e,

como esta pesquisa abrangia este período de tempo, pode-se dizer que ela foi pouco influenciada por estes fatores, principalmente com relação à gravidez, pois o número de mulheres grávidas entrevistadas foi muito pequeno. Com relação a filhos pequenos, para maior segurança, resolveu-se testar separadamente esta variável.

Antes porém, de se iniciar o novo item, deve-se também ressaltar que a menstruação é encarada normalmente pela mulher rural, sendo que nenhuma das que trabalham no campo deixaram de o fazer por este motivo.

#### b) Filhos pequenos

Como crianças pequenas foram consideradas as que tinham menos de 5 anos, pois se diminuíssemos este limite, o número de casos seria muito pequeno para permitir o teste.

A diferença é significativa para as várias categorias. Porém, parceiros e assalariados têm estrutura semelhante quanto a filhos menores de 5 anos e diferem quanto ao trabalho da mulher. O mesmo acontece com pequenos e médios proprietários. (ver anexo, tabelas 14. 14.1 e 14.2).

Pode-se, portanto, sugerir que a diferença com relação a trabalho nas várias categorias independe da presença de filhos pequenos.

Tabela 12 - Distribuição das mulheres que tem filhos menores de 5 anos por categoria do entrevistado.

mulheres que tem filhos menores de 5 anos	Categoria do Entrevistado			
	parceiros	pequenos proprietários	médios proprietários	assala- riados
tem	44,44	31,43	15,00	61,11
não tem	55,56	68,57	85,00	38,89
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Nº total de observa- ção por ca- tegoria	8	11	3	22

Procurou-se, também, ver se há influência desta variável numa mesma categoria. De acordo com os testes realizados a diferença foi não significativa para os parceiros, pequenos proprietários e assalariados. Os médios proprietários não puderam ser testados. Porém, é preciso lembrar que nestas 2 últimas categorias o número de mulheres que trabalham é muito pequeno, 5 e 6 respectivamente, e por isso uma conclusão deverá esperar por maior número de dados.

c) Idade da mulher

Resolveu-se testar também esta variável porque, testando só idade da família, haveria o problema de casamentos mais precoces ou mais tardios que influenciariam na idade da mulher.

Tabela 13 - Distribuição percentual das mulheres por idade e categoria do entrevistado.

Idade da mulher	Categoria do Entrevistado			
	parceiros	pequenos proprietários	médios proprietários	assalariados
- 40 anos	66,67	34,29	50,00	91,67
40 e + anos	33,33	65,71	50,00	8,33
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Nº total de observação por categoria	18	35	20	35

A diferença é significativa para as diferentes categorias. Porém, enquanto pequenos e médios proprietários não apresentam diferença significativa quanto a esta variável, fazem-no com relação ao trabalho da mulher. Já com os parceiros e pequenos proprietários acontece o inverso. Agora, com relação a parceiros e assalariados as duas diferenças são significativas. Dentro de uma mesma categoria, esta variável não

apresentou diferença significativa nos três casos testados, pois os dados sobre os assalariados não permitiram a aplicação do  $\chi^2$ . Isto sugere que o trabalho da mulher nas diferentes categorias independe de sua idade (ver anexo, tabelas 15, 15.1 e 15.2).

d) Número de filhos

Aqui foram considerados só os filhos que moram na casa.

Tabela 14 - Distribuição percentual das mulheres por número de filhos e categoria do entrevistado.

Número de filhos	Categoria do Entrevistado			
	parceiros	pequenos proprietários	médios proprietários	assala- riados
0 - 2	33,34	54,29	50,00	36,11
3 - 5	33,33	42,86	45,00	19,44
6 - 10	33,33	2,85	5,00	44,45
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Nº total de observação por catego- ria	18	35	20	36

A diferença entre as categorias é significativa. Porém, enquanto os parceiros e assalariados não apresentam diferença significativa com relação a esta variável, diferem quanto ao trabalho da mulher, o mesmo acontecendo com os pequenos e médios proprietários (ver anexo, tabela 16, 16.1 e 16.2). Portanto, o trabalho da mulher parece independer, também, do número de filhos.

Quanto à influência desta variável dentro de uma mesma categoria, ela foi relevante para os parceiros e pequenos proprietários e não relevante para os médios proprietários e assalariados.

Talvez uma explicação possível seja a de que, no caso dos parceiros e pequenos proprietários, quando o número de filhos é muito grande e sendo a terra pouca, não há trabalho para a mulher, pois há mão-de-obra excedente na propriedade. No caso dos médios proprietários já há mais terras disponíveis. Quanto aos assalariados, como a grande maioria dos casais são jovens, os filhos são muito pequenos para substituir a mãe no trabalho. É preciso lembrar que estas explicações são apenas hipóteses, pois os números nos dois últimos casos são muito pequenos para que se possa confiar nos resultados.

e) Escolaridade da mulher e do marido

Esta variável não tem grande influência no meio rural, porque para se trabalhar nos campos não é preciso saber ler e escrever. Basta que alguém da família o saiba e esta pessoa, então, fica responsável pelos problemas que exigem esse conhecimento.

Tabela 15 - Distribuição percentual das mulheres por grau de escolaridade e categoria do entrevistado.

Nº de anos que frequentou a escola	Categoria do Entrevistado			
	parceiros	pequenos proprietários	médios proprietários	assalariados
nenhum	22,22	40,00	40,00	22,22
1 e 2	33,33	17,14	10,00	30,56
3 e 4	33,33	40,00	45,00	47,22
5 e +	11,12	2,86	5,00	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Nº total de observação por categoria	18	35	20	36

A diferença, no geral, não foi significativa. Porém, quando testamos os casais mais jovens, parceiros e assalariados, contra os mais velhos, pequenos e médios proprietários, a diferença foi significativa, o que mostra um aumento de escolaridade nas mulheres mais jovens. Como se vê, esta variável também não mostra diferença significativa para as categorias que diferem quanto ao trabalho da mulher (ver anexo, tabelas 17, 17.1 e 17.2). Sua influência por categoria foi, nos quatro casos, não significativa. Isto leva a crer que o trabalho da mulher independe de sua escolaridade. Esta mesma independência se aplica, também, à influência da escolaridade do marido.

Tabela 16 - Distribuição percentual dos maridos por grau de escolaridade e categoria do entrevistado.

Nº de anos que frequentou a escola	Categoria do Entrevistado			
	parceiro	pequeno proprietário	médio proprietário	assalariado
nenhum	33,33	42,86	25,00	25,00
1 e 2	22,22	22,86	20,00	25,00
3 e 4	44,45	25,71	40,00	44,44
5 e +	-	8,57	15,00	5,56
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Nº total de observação por categoria	18	35	20	36



O comportamento desta variável foi igual ao da anterior, exceto por não mostrar diferença significativa entre os homens mais jovens e os mais velhos, dando a entender que o nível de escolaridade dos homens não está aumentando (ver anexo, tabelas 18, 18.1 e 18.2).

No total, a escolaridade dos homens e mulheres não apresentaram diferença significativa (ver anexo, tabela 21).

f) Nacionalidade do marido e da mulher

O número de estrangeiros encontrados na amostra foi irrisório. Havia uma mulher japonesa, um homem italiano, um japonês e dois portugueses. Então, trabalhou-se com a nacionalidade de seus pais, tanto da mulher quanto do marido. Porém, como nem todos se lembravam deste dado, a amostra ficou mais reduzida. Como o número de estrangeiros, mesmo neste caso, não foi muito grande, não se pode considerar cada país de origem, então a variável foi estratificada do seguinte modo: a) ascendência brasileira - pai e mãe nascidos no Brasil; b) estrangeira - pai e mãe nascidos no estrangeiro; c) estrangeira e brasileira - quando só um dos pais nasceu no estrangeiro. Os países de onde mais vieram foram: Espanha, Itália, Portugal e Japão. Nos três casos considerados o comportamento dessa variável foi semelhante para maridos e mulheres.

Tabela 17 - Distribuição percentual das mulheres por ascendência e categoria do entrevistado.

Ascendência da mulher	Categoria do Entrevistado			
	parceiro	pequeno proprietário	médio proprietário	assalariado
brasileira	94,12	71,88	52,94	97,06
estrangeira	5,88	25,00	29,41	-
brasileira e estrangeira	-	3,12	17,65	2,94
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Nº total de observação por categoria	17	32	17	34

Tabela 18 - Distribuição percentual dos maridos por ascendência e categoria do entrevistado.

Ascendência do marido	Categoria do Entrevistado			
	parceiro	pequeno proprietário	médio proprietário	assalariado
brasileira	88,24	62,86	57,89	93,55
estrangeira	11,76	31,43	31,58	-
brasileira e estrangeira	-	5,71	10,53	6,45
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Nº total de observação por categoria	17	35	19	31

O comportamento das duas tabelas foi o mesmo. A diferença foi significativa para as diferentes categorias. Porém, parceiros e assalariados, por um lado, e pequenos e médios por outro, não apresentaram diferenças significativas, quando diferem quanto ao trabalho da mulher (ver anexo, tabelas 19, 19.1, 19.2, 20, 20.1 e 20.2).

Dentro das categorias pequenos e médios proprietários a diferença também foi não significativa. Os dados sobre parceiros e assalariados não permitiram a aplicação do teste mas, apesar disso, pode-se

sugerir que o trabalho da mulher independe tanto da sua ascendência como da de seu marido.

Desta forma, vê-se que quando o trabalho da mulher é fundamental para a subsistência, nenhum dos fatores tradicionalmente considerados como relevantes para seu não-trabalho, consegue alijá-la dos campos. As mulheres dos proprietários e dos parceiros trabalham nas explorações cuja renda não lhes permite remunerar a mão-de-obra sendo, portanto, seu trabalho indispensável na manutenção e reprodução da família.

#### 4.2.6. Concepção do trabalho da mulher no meio rural

Para se poder entender como a mulher rural vê seu trabalho, e porque o faz de um determinado modo e não de outro, é preciso, antes, que se proceda a uma libertação de certas concepções urbanas sobre a mulher e seu trabalho.<sup>(1)</sup>

Em primeiro lugar não se deve encarar o trabalho da mulher de uma perspectiva individualista. É SAFFIOTTI (1976:33) que chama a atenção para o fato quando, falando sobre as sociedades pré-capitalistas, onde predominava o trabalho familiar, diz: "... (não se pode)

---

(1) A autora insiste neste ponto porque para ela, que teve uma vivência quase exclusivamente urbana, foi difícil perceber o quanto suas concepções de mulher e de trabalho feminino não se aplicavam no meio rural.

falar em independência econômica da mulher (esta é a noção individualista que nasce com o capitalismo), pois o trabalho se desenvolvia no grupo familiar e para ele, o mundo econômico não era estranho à mulher". Para a mulher rural, o trabalho não implica numa libertação financeira, pois não é remunerado. A única categoria entrevistada em que as mulheres poderiam trabalhar remuneradamente é a dos assalariados, porém, como só entrevistamos os residentes, o mais comum é o pagamento ser feito ao chefe da família quando a mulher coopera nas colheitas. Além disso, o fato de não trabalhar no campo não significa que leve vida ociosa. Como vimos, o trabalho doméstico no meio rural é bem mais pesado que no meio urbano pois, na grande maioria, as mulheres não contam com o auxílio de eletro-domésticos, nem de empregadas e nem das facilidades quanto à socialização das crianças que, embora deficientes e em pequeno número, já existem nos meios urbanos, sob a forma de escolas maternais e jardins da infância.

Novamente, recorre-se a SAFFIOTTI (1976:39, grifo da autora), para explicar outra idéia importante: "Cada modo específico de atualização da força de trabalho nem é atividade inerente ao homem ou à mulher, nem deriva de uma necessidade inerente aos representantes de um ou outro sexo. A atividade trabalho, nas diferentes formas que assume ao longo da história, não é senão o resultado histórico da luta do ser humano (homens e mulheres) com a natureza no processo social de produção de sua vida". Isto lembra uma idéia que foi colocada por uma entrevistada que disse, simplesmente "a gente não trabalha se não precisa",

querendo dizer que ninguém, seja homem ou mulher, trabalharia se não precisasse.

Deve-se dizer também que, como a mulher do meio rural sempre trabalhou ela não precisou, como a mulher urbana atual, primeiro tomar consciência de seu alijamento e depois reagir a ele, portanto elas, mesmo que trabalhem, tem idéias muito vagas à respeito de porque o fazem. Trabalhar, para elas, é uma tradição que ainda não precisou ser repensada. Aceitam o fato como uma certa resignação que poderia ser resumida numa frase que uma vez um agricultor disse, sorrindo calmamente, para a autora: "ora, moça, o lavrador é um sofredor".

Tentar-se-á mostrar um pouco de sua concepção de vida e trabalho através de respostas dadas a perguntas formuladas pela autora.

Quando se perguntou para as que trabalham: "se seu marido pudesse contratar mais empregados, continuaria trabalhando?", das 33 que responderam, 17 disseram que sim e 16 que não. As justificativas para as respostas foram geralmente vagas, porque, como já foi dito, trabalhar para elas é uma tradição e não uma opção tomada conscientemente. Quanto às que disseram que continuariam trabalhando, apareceram muitas respostas como "porque é bom", "porque é melhor", "serviço de casa enjoa", "está acostumada" e "porque gosta". Numa tentativa de resumir, pode-se dizer que 82,35% responderam basicamente de duas maneiras: porque gostam e porque é melhor, enquanto 17,65% disseram trabalhar porque era preciso ajudar o marido. Das que responderam que não continuariam trabalhando, 52,94% disseram que preferiam se dedicar mais à casa

e 26,67% porque não precisariam mais. Estas foram as duas respostas mais frequentes. Como se vê, a imagem da mulher voltada para o lar tem força mesmo para as que trabalham.

Quanto à pergunta: "se não tivesse filhos, trabalharia?", pergunta feita evidentemente para as que não trabalham, 77,42% disseram que sim, 16,13% disseram que não e 6,45% trabalhariam se precisasse. Vê-se, novamente, a força da imagem da mulher como socializadora de menores.

Quanto à pergunta se a mulher deveria trabalhar só no serviço doméstico ou, também, nos campos, a grande maioria (77,39%) preferiu a segunda alternativa, sendo que apenas 31,78% efetivamente trabalham. Quando lhes foi perguntado o porque desta resposta, a concepção comunitária que elas tem do trabalho evidencia-se de maneira clara. Eis algumas das respostas: "tudo sendo unido, precisa um ajudar o outro", "tudo é dos dois, o que um fizer é para o outro também", "a união dos dois rende mais", "assim economiza o dinheiro do camarada". É significativo também o aparecimento de respostas como "não sei porque, mas ela deve ajudar" ou "é um dever dela", o que reforça o caráter tradicional do trabalho.

Pode-se perceber, porém, que, embora a grande maioria aceite o trabalho da mulher nos campos, é a minoria que trabalha, minoria localizada quase exclusivamente nas pequenas explorações. Porque esta diferença entre o real e o ideal?

O que se pode dizer quanto a isto, em função da experiência que se tem de quase dois meses na área de estudo, é que a acumulação de funções por parte da mulher rural, acumulação esta que a faz cuidar de todo o trabalho doméstico, em geral, feito manualmente, dos filhos que são numerosos, da horta, dos animais, da confecção de roupas e do trabalho de campo constitui, para ela, uma sobrecarga muito grande, principalmente nas pequenas explorações, o que se percebe pelo seu envelhecimento ~~demasiadamente~~ precoce. O trabalho de campo, para ela, não significa, portanto, nenhuma "libertação" no sentido que a mulher urbana, principalmente de classe média e alta, vê no trabalho produtivo. O trabalho nos campos não lhe traz independência financeira, nem a possibilidade de livrar-se do trabalho doméstico através da contratação de uma empregada. Constitui, isto sim, mais uma função das várias que a mulher desempenha cotidianamente, todas elas indispensáveis à manutenção da família.

O caso das mulheres dos assalariados merece, ainda, maior atenção, pois 77,78% pensam que a mulher deve trabalhar quando apenas 16,67% o fazem, e 69,44% pensam que devem fazê-lo para ajudar no ordenado do marido que é pequeno. Então, porque não trabalham? Aqui, torna-se necessário pensar no quanto é significativo, no caso dos assalariados, o trabalho da mulher no lar. Como já foi dito, no meio rural não existe infraestrutura que ajude a mulher no trabalho de socialização dos menores e no trabalho doméstico, como escola para crianças pequenas, possibilidade de utilização de eletrodomésticos e de contratação de empregadas. Se a mulher saísse de casa para trabalhar, o baixo salário



que ela e o marido receberiam não lhe permitiria pagar o trabalho que deixaria de fazer. É o caso de se pensar no quanto de "mais valia" significa o trabalho doméstico da mulher do assalariado, na medida em que todo o seu trabalho gratuito no lar é indispensável para a manutenção e reprodução da mão-de-obra, e na medida em que ela "trabalha" sobre o ordenado do marido, fazendo-o render mais enquanto economiza o pagamento de serviços realizados para ela mesma, entre eles, a confecção de roupas para a família, e na medida em que aproveita ao máximo tudo que possui, consertando, reformando e reutilizando as coisas de que dispõe.

Resumindo, o trabalho no campo é parte da tradição da mulher rural, porém, dadas suas duras condições de existência devido à carga de trabalho que lhe é destinada, ela só o faz quando sua participação é indispensável, isto é, ela o faz nas pequenas propriedades onde a renda gerada não permite o pagamento de mão-de-obra de terceiros ou, mesmo que o permita, a renda é tão pouca que é preferível economizar este dinheiro. Embora a maioria das mulheres justifique o não-trabalho através do trabalho doméstico, justificativa perfeitamente aceitável dada as dificuldades que ele apresenta, viu-se anteriormente que as mulheres que trabalham nos campos passam pelas mesmas dificuldades e, no entanto, ainda participam da produção agrícola. Em resposta, podemos dizer que a mulher rural ainda põe em primeiro lugar a casa e os filhos, o que já constitui uma carga não pequena de trabalho e se, como disse uma das entrevistadas: "a gente não trabalha se não precisa", embora o contrário possa acontecer em casos isolados, seria de admiração que uma parcela con-

siderável de mulheres trabalhasse demais, caso esta sobrecarga não fosse necessária. Isto só acontece nas pequenas explorações, onde está em jogo a sobrevivência da família, e onde, como já vimos, nem o trabalho doméstico, nem a presença de gravidez e de crianças pequenas, nem a idade da mulher e nem o ciclo da família constituem empecilhos ao trabalho agrícola produtivo feminino.

## 5. CONCLUSÕES

As respostas às duas primeiras hipóteses propostas no início do trabalho parecem claras, porém, a terceira hipótese demanda maiores discussões.

Hipótese 1 - Não pode haver uma generalização em termos de "mulher rural", quanto à participação na produção agrícola, porque esta participação está estreitamente vinculada à sua categoria social.

Hipótese 2 - Nas pequenas explorações onde predomina o trabalho familiar, a mulher tem participação efetiva e não remunerada no trabalho agrícola.

As duas hipóteses foram comprovadas pelos dados levantados. Observando-se as tabelas 7 e 9, vê-se que elas mostram uma diferença significativa com relação ao trabalho da mulher por categoria do en-

trevistado, a maior participação aparecendo nos parceiros e pequenos proprietários.

Hipótese 3 - O grau de alijamento das mulheres aumenta com a evolução do capitalismo no campo.

Diante dos resultados desta pesquisa, pode-se ver que a mulher trabalha mais nas propriedades não capitalizadas que nas capitalizadas. Entretanto, para se saber se a taxa de participação da mulher na produção agrícola, medida de maneira global, tende a diminuir com a evolução do capitalismo no campo, primeiro se tem que entender que ele evolui. A questão pode, então, ser dividida em duas perguntas cruciais. Em primeiro lugar, deve-se perguntar se a existência de explorações não capitalistas se deve ao fato da penetração do capitalismo ainda não estar completa, ou se o capitalismo só se mantém pela existência destas mesmas explorações não capitalistas. Em segundo lugar, deve-se questionar se, para o capitalismo no campo, o trabalho da mulher seria ou não vantajoso.

Com relação ao primeiro problema, será preferível responder através dos autores que estudaram mais profundamente a questão. Dentre os que o fizeram, podemos citar MARTINS (1967/68), DUARTE e QUEDA (1974), OLIVEIRA (1973), SÁ JÚNIOR (1973), SILVA (1975) e LOUREIRO (1975), que defendem a idéia de uma compatibilidade, mais do que isto, uma complementariedade das duas formas de produção, capitalista e não capitalista.

Dentre estes autores, citamos MARTINS (1968:13):

"É, pois, o estabelecimento tradicional que se constitui num dos pontos de apoio da efetivação do mundo capitalista e urbano no país. E é justamente esse tipo de estabelecimento que o mundo urbano pretende "modernizar". Ele precisa vender mercadorias, mas precisa, igualmente, comprar barato aquilo que consome. A realização do primeiro desejo destrói as possibilidades de efetivação do segundo".

Em SÁ JÚNIOR e LOUREIRO, vê-se que esta complementariedade se faz até mesmo dentro da grande propriedade, através do arrendamento e da parceria.

Quanto à segunda questão, se o trabalho da mulher seria alijado pelo capitalismo, antes de respondê-la, é preciso mostrar a importância do trabalho volante e sua articulação com o sistema como um todo. SÁ JÚNIOR(1973:123) coloca bem claro o problema:

"Podemos concluir que a transição do regime de morador para o da contratação de diaristas não residentes no estabelecimento, se, por um lado, reflete a evolução da economia no sentido da adoção de formas de trabalho mais puramente capitalísticas, expressa, também, o modo com que o proprietário procura tirar proveito da expansão do mercado e da elevação dos preços dos seus produtos, através da redução da quota de mão-de-obra na renda gerada ... e aliviando-se o ônus da manutenção dos trabalhadores na entre-safra."

A importância da mão-de-obra volante na região de Valparaíso e a relevância do trabalho feminino neste setor, os dados desta pesquisa o atestam. A explicação, se se atentar para o que diz SÁ JÚ-

NIOR. Se a exploração do trabalho volante é vantajoso para o proprietário pois o alivia do ônus da manutenção de empregados sub-ocupados na ~~entre-safra~~, é evidente que o contingente de força de trabalho que melhor se adapta a estas condições é a mão-de-obra feminina excedente. Em primeiro lugar, devido a menor remuneração por trabalho igual, é uma fonte maior de lucro. Além disso, sendo o trabalho da mulher encarado como subsidiário ao do homem, e sendo consideradas como suas funções principais a sexualidade, a reprodução e a socialização das crianças, ela se adapta perfeitamente a um trabalho temporário e não tem estímulo para reivindicar maiores salários já que o "cabeça" da família é o marido. A isto se soma o fato de que este tipo de trabalho, sendo temporário e não estando vinculado a nenhuma propriedade ou grupo em particular, não permite a organização das trabalhadoras em termos de classe.

Resumindo, se o capitalismo tende a recriar formas não capitalistas, onde, como já se viu, a mulher participa efetivamente da força de trabalho, e se está se voltando, em larga escala, para a utilização de mão-de-obra volante, da qual a feminina constitui a mais barata, menos organizada e mais disponível, parece claro que o trabalho feminino não diminuirá com a evolução do capitalismo no campo.

Em outras palavras, sendo a base do capitalismo a acumulação de capital, e estando esta acumulação vinculada tanto a formas não-capitalistas como a aquelas evoluídas do próprio capitalismo, ou seja, o trabalho volante, e sendo que, para ambas, o trabalho da mulher traz maiores vantagens, parece que sua participação ao invés de diminuir, tal-

vez tenda a aumentar, como vem acontecendo com o trabalho feminino volante em Valparaíso. Porém, esta participação seria mais uma "sub participação", pois seria feita em termos de trabalho não remunerado, no caso das explorações não capitalistas e sub-proletarização, no caso do trabalho volante.

De tudo o que foi dito, o que se evidencia de maneira gritante, é que a "mulher" em abstrato não existe, nem mesmo para fins de estudo. Toda mulher está inserida numa realidade sócio-econômica e cultural, que por ser heterogênea e conflitante, não permite que o problema "mulher" seja um problema único, de solução única e benéfica para toda a população feminina. Em um mundo de interesses antagônicos sempre haverá ganhadores e perdedores, e isto é verdadeiro tanto para homens como para mulheres. Assim, o problema das mulheres não é um problema só delas, mas sim é um problema das mulheres, dos homens e do sistema como um todo.

## 6. POSFÁCIO

Neste ítem, pretende-se explicar, e de certa forma justificar, algumas das falhas encontradas neste trabalho. Em primeiro lugar, é preciso dizer que ele foi iniciado em março de 1974, portanto, antes da proclamação, pela Organização das Nações Unidas, do ano internacional da mulher que foi 1975. Esta iniciativa da ONU incentivou a publicação de uma série de obras sobre a mulher que, atualmente, encontram-se nas livrarias, mas que durante a formulação do projeto desta pesquisa, quando foram definidas suas linhas básicas, ela inexistia ou, pelo menos, não fora divulgada. E a maior dificuldade encontrada foi, justamente, a escassa bibliografia sobre a mulher rural.

Na tentativa de encontrar alguma obra específica sobre o assunto, procedeu-se a uma busca que chegou a ultrapassar as fronteiras nacionais, mas cujos resultados foram desanimadores. Em 1975, durante a XXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Progresso à Ciência, foi apresentado um levantamento sobre as obras existentes no



Brasil que se referissem à mulher. Porém, sobre a mulher rural havia muito pouco, e sobre o trabalho da mulher rural, que é o tema dessa Dissertação, não havia nada, com exceção do trabalho de ALLIER (1975) sobre a mulher volante.

Através de sociólogos americanos e chilenos se conseguiu alguns trabalhos, porém, mais de caráter demográfico e baseados em dados secundários. Apenas um deles, FLORA e JOHNSON (1975), trouxe contribuições relevantes. Da França, foi enviado um trabalho sobre a mulher organizado por BESSE (1975) que, embora muito importante, não se referia, de maneira específica, à mulher rural. Da Bélgica, tem-se o trabalho de VOGEL-POLSKY (1975), já citado na revisão de literatura, que também não faz referência a esse contingente de mulheres.

Somente após a conclusão desta Dissertação é que se recebeu, também da França, uma obra que teria sido uma fonte rica de idéias. Trata-se de um trabalho de ALLAUZEN (1967) que se refere especificamente a mulher camponesa, e que tem muitos pontos de identidade com esta Dissertação e se baseia, inclusive, em dados primários, obtidos através da aplicação de questionários. A identidade dos problemas encontrados foi tão grande que se resolveu transcrever as palavras iniciais da obra de ALLAUZEN (1967:5):

"Septembre 1965. Un syndicat agricole lance parmi ses adhérentes une enquête sur le travail agricole féminin. Il s'agit de savoir dans quelle mesure les femmes participent aux travaux agricoles et quel genre d'emploi elles tiennent. C'est une entreprise ambitieuse car le domaine est entièrement à défricher. On sait bien que les agricultrices travaillent énormément mais personne ne sait exactement combien."

Este mesmo caráter exploratório pode ser encontrado nesta Dissertação de Mestrado. Somando-se a ele a falta de vivência rural da autora que, embora tenha participado anteriormente de pesquisas no meio rural, sempre residiu em zona urbana, e levando-se em conta também as transformações que vem sofrendo a região, o que torna ultrapassados trabalhos recentes sobre ela, pode-se entender melhor porque a metodologia utilizada poderia quase ser definida como "tentativa e erro".

À já referida falta de vivência rural pode ser atribuída, também, uma certa dificuldade na compreensão do meio rural com tudo que lhe é próprio, como o trabalho familiar, a aceitação tradicional da participação da mulher na produção agrícola e a consciência que ela tem desta sua função - o que exigiria certa dose de observação - participante.

Porém, se a obra de ALLAUZEN, dado o conhecimento tardio que dela se teve, não pode contribuir para o atual trabalho, poderá ser muito útil na continuidade que se pretende dar ao estudo da mulher rural. Além dele, todas as obras publicadas sob o incentivo do Ano Internacional da Mulher certamente trarão contribuições valiosas.

O que se espera desse primeiro estudo sobre o trabalho da mulher rural brasileira é que ele, apesar de todas as suas falhas, possa despertar nos meios acadêmicos, algum interesse por este contingente de mulheres tão numeroso e tão desconhecido.

## 7. SUMMARY

In analyzing the work of women in rural areas, the author focused on the degree to which women are integrated into agricultural production processes, and outlined the main factors determining this integration. She interviewed 5 types of farmers, namely, small, average and large farm owners, sharecroppers and wage earners residing on the farm. She concluded that women associated with small farm units, contribute to the production process, but as member of the farm family, they receive no remuneration. On average and large size farms, women also enter into the agricultural production process, but mainly as wage workers and as unpaid members of sharecropper families who cultivate sections of these farms. Wives of wage workers residing on large farms rarely work. On small farm units whose very existence is jeopardized, neither age, family cycle, pregnancy nor the presence of small children prevent women from working in the fields. The author also concluded

that the definition given to productive work by women differs in rural areas from that given to it by women in urban areas. In urban areas, feminine work is associated with financial liberation and woman's liberation. In rural areas where work in the fields is not remunerated, it is not identified with financial liberation, nor does it constitute a new perspective of women's role in society. Rather it is looked upon as a tradition, and is viewed as another burden in addition to the many tasks already reserved for women.

## 8. BIBLIOGRAFIA

- ALLAUZEN, M. 1967. La Paysanne Française Aujourd'hui, Paris, Editions Gonthier, Collection Grand Format Femme, 204p.
- BESSE, G. org. 1975. Les Femmes Aujourd'hui, Demain, Paris, Editions Sociales, 388p.
- BLAY, Eva A. 1975. Trabalho Industrial x Trabalho Doméstico. A Ideologia do Trabalho Feminino. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 15: 8-20.
- BEOZZO, J. Oscar. 1969. Noroeste Paulista: Aspectos Demográficos. Revista de Cultura Vozes. Rio de Janeiro, 9: 771-787.
- BRASIL. EMBRAPA e outros. 1974. Alternativas de Desenvolvimento para Grupos de Baixa Renda na Agricultura Brasileira: Diagnóstico Preliminar. Brasília, 115p.
- BRASIL. FIBGE. 1960 e 1970. Censos Demográficos.

- CHOMBART de LAUWE, P.H. Coord. 1967. Imagens da Mulher na Sociedade. (s. 1.). Ed. Senzala, 215p.
- DUARTE, J.C. e D. QUEDA. 1974. Agricultura e Acumulação. Revista Debate & Crítica, São Paulo, 2:90-97.
- FLORA, C. e S. JOHNSON (1975). Discarding the Distaff: New Roles for Rural Women. trabalho apresentado no encontro anual da Rural Sociological Society, São Francisco-USA, 43p.
- KAMEYAMA, N. 1969. Problemas do Oeste Paulista. Revista de Cultura Vozes. Rio de Janeiro, 8
- LOUREIRO, M. Rita. G. Parceria e Capitalismo: estudo de caso. São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 115p. (dissertação de mestrado).
- MARTINEZ-ALIER, Verena. 1975. As Mulheres do Caminhão de Turma. Revista Debate & Crítica. São Paulo, 5: 59-85.
- MARTINS, J. de Souza. 1975. Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo. Ed. Pioneira, 161p.
- MARX, K. 1968. O Capital, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, Livro 1, vol. 1
- MARX, K. 1974. Manuscritos Econômicos e Filosóficos e Outros Textos Escolhidos. Os Pensadores, São Paulo. Ed. Abril. vol. XXXV, 413p.
- MEAD, M. 1935. Sex and Temperament. New York. Ed. Mentor.

MELLO, M. Conceição O'Incao e. O "Bóia-Fria": acumulação e miséria. 2a. ed. Petrópolis, Ed. Vozes, 154p.

MELLO e SOUZA, A. Candido M. 1964. Os Parceiros do Rio Bonito. Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 284p.

MOLINA, J. 1974. Classificação e Caracterização Sócio-Econômica dos Agricultores. In: XII Reunião Anual da SOBER, Porto Alegre.

NAÇÕES UNIDAS. 1959. Manual de Proyectos de Desarrollo Económico, México, D.F., diciembre (884-5), pp.242/243.

OLIVEIRA, F, 1976. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. 2a. ed. Seleções CEBRAP, São Paulo, 1: 6-78.

QUEIROZ, M. Isaura P. de. 1973. O Campesinato Brasileiro, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 242p.

RIO DE JANEIRO. Instituto de Planejamento Econômico e Social. 1970. Aspectos da Discriminação da Mulher na Sociedade.

SÁ JÚNIOR, F. 1976. O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina a Função das Atividades de Subsistência. 2a. ed. Seleções CEBRAP. São Paulo, 1: 81-134.

SAFFIOTTI, Heleith I.B., 1976. A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade, 2a. ed. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 384p.

SANTOS, J. Vicente T. dos. 1975. A Vivência Camponesa da Insuficiência Econômico-Social. Revista Debate & Crítica, São Paulo, 6: 171-176.

- SÃO PAULO. Fundação Carlos Chagas, 1975. Levantamento Bibliográfico Preliminar sobre a Situação da Mulher Brasileira, 59p.
- SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura. I.E.A. 1972. Prognóstico 1972/73.
- SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura. Instituto de Economia Agrícola. 1975. Prognóstico 1975/76, 226p.
- SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. 1972. Diagnóstico da 9a. Região Administrativa.
- SILVA, S. 1975. Desenvolvimento Econômico e Agricultura no Brasil. UNICAMP. Campinas, (mimeografado), 14p.
- SINGER, P. 1970. Dinâmica Populacional e Desenvolvimento, São Paulo, Ed. CEBRAP, 251p.
- SINGER, P. (s.d.). Elementos para uma Teoria de Emprego Aplicável e Países Não Desenvolvidos, Cadernos CEBRAP. São Paulo, 18: 1-63.
- SINGER, P. e F. MADEIRA, 1973. Estrutura do emprego e Trabalho Feminino no Brasil: 1920-1970. Cadernos CEBRAP, São Paulo, 13: 1-62.
- UNESCO. 1975. O Correio, maio, ano 3, n° 5, 36p.
- UNESCO, 1975. O Correio, outubro/novembro, n° 10-11, 72p.
- VOGEL-POLSKY, E. 1975. Perspectivas de Promoción de las Mujeres en el Mondo del Trabajo, Revista Internacional del Trabajo, 92 (1)



A N E X O S  
(Tabelas)

Tabela 1 - Diversificação Agrícola por categoria do entrevistado.

Diversificação Agrícola	Categoria do entrevistado				Total
	parceiros	pequenos proprietários	médios proprietários	grandes proprietários	
1-(-1,50)	11	18	7	8	44
1,50-(-2,00)	4	6	5	4	19
2,00 e +	2	8	7	5	22
Total	17	32	19	17	85

Qui - quadrado crítico = 12,59

Graus de liberdade = 6

Qui - quadrado calculado = 4,165

Tabela 2 - Participação no mercado por categoria do entrevistado.

Participação no mercado	Categoria do entrevistado				Total
	parceiros	pequenos proprietários	médios proprietários	grandes proprietário	
0-(-80%)	6	10	3	1	20
80-(-90%)	4	6	8	1	19
90-100%	7	16	8	14	45
Total	17	32	19	16	84

Qui-quadrado crítico = 12,59

Graus de liberdade = 6

Qui-quadrado calculado = 14,028

Tabela 3 - Proveniência do consumo por categoria do entrevistado.

Proveniência do consumo	Categoria do entrevistado				Total
	parcei ros	pequenos proprietários	médios proprietários	grandes proprietários	
< 50%	14	28	11	4	57
50% e +	3	4	6	2	15
Total	17	32	17	6	72

Qui-quadrado crítico = 7,815

Graus de Liberdade = 3

Qui-quadrado calculado = 4,178

Tabela 4 - Relações de produção por categoria do entrevistado.

Relações de produção	Categoria do entrevistado				Total
	parcei ros	pequenos proprietários	médios proprietários	grandes proprietários	
familiar	12	20	1	-	33
familiar + empregados	6	13	14	3	36
empregados <sup>(1)</sup>	-	2	5	17	24
Total	18	35	20	20	93

(1) Como trabalho de empregado foi considerado qualquer tipo de trabalho que não seja executado pelo proprietário e sua família e que implique em uma remuneração direta ou indireta: empreiteiro, parceiro, arrendatário, assalariado e volante.

Qui-quadrado crítico = 12,59

Qui-quadrado calculado = 67,239

Graus de liberdade = 6

Tabela 4.1 - Divisão ortogonal da Tabela 4.

Categorias testadas	Qui - quadrado		
	valor crítico	valor calculado	graus de liberdade (1)
parceiros e pequenos propriet.			
x	5,991	44,919	2
médios e grandes proprietários			
parceiros			
x	3,841	0,452	1
assalariados			
pequenos proprietários			
x	3,841	14,545	1
médios proprietários			

(1) os graus de liberdade das subdivisões somam menos de 6 porque os dados tiveram que ser agrupados para permitir o uso do  $\chi^2$ .

Tabela 5 - Relações de produção e categoria do entrevistado.

Relações de produção	Categoria do entrevistado				Total
	parceiros	pequeno proprietário	médio proprietário	grande proprietário	
individual	1	5	-	-	6
familiar	11	15	2	-	28
assalariado	-	-	1	6	7
volante	-	1	2	-	3
familiar e volante	6	13	6	-	25
familiar e parceria	-	-	2	-	2
familiar e assalariado	-	-	-	1	1
assalariado e volante	-	1	-	6	7
parceria e volante	-	-	-	1	1
parceria e assalariado	-	-	-	1	1
familiar, parceiro e volante	-	-	4	-	4
familiar, assalariado e volante	-	-	3	2	5
assalariado, volante e parceiro	-	-	-	2	2
assalariado, arrendatário e volante	-	-	-	1	1
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>35</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>93</b>

Tabela 6 - Fonte de renda complementar por categoria do entrevistado.

Fonte de renda complementar	Categoria do entrevistado			Total
	parceiros	pequenos proprietários	médios proprietários	
tem	4	15	4	23
não tem	14	20	16	50
Total	18	35	20	73

Qui-quadrado crítico = 5,991

Qui-quadrado calculado = 4,04

Graus de liberdade = 2

Tabela 6.1 - Divisão ortogonal da Tabela 6.

Categorias testadas	Qui - quadrado		
	valor crítico	valor calculado	graus de liberdade
parceiros e médios propriet. x pequenos proprietários	3,841	4,02	1
parceiros x médios proprietários	3,841	0,02	1

Tabela 7 - Nº de mulheres que cuidam da horta por categoria do entrevistado.

Cuidado das mulheres com a horta	Categoria do entrevistado					Total
	parceiros	pequenos proprietários	médios proprietários	grandes proprietários	assalariados	
Cuidam	3	14	11	2	3	33
Não cuidam	15	21	9	18	33	96
Total	18	35	20	20	36	129

Qui-quadrado crítico = 9,488

Qui-quadrado calculado = 21,842

Graus de liberdade = 4

Tabela 7.1 - Divisão ortogonal da Tabela 7.

Categorias testadas	Qui - quadrado		
	valor crítico	valor calculado	graus de liberdade
pequenos e médios proprietários x parceiros, grandes proprietários e assalariados	3,841	19,893	1
pequenos proprietários x médios proprietários	3,841	1,155	1
parceiros e grandes proprietários x assalariados	3,841	0,368	1
parceiro x grandes proprietários	3,841	0,368	1

Tabela 8 - Mulheres que tem horta e que cuidam dela.

Mulheres que tem horta	Categoria do entrevistado					Total
	parcei- ros	pequenos proprietários	médios proprietários	grandes proprietários	assa- laria- dos	
cuidam	3	14	12	2	3	34
não cuidam	4	3	6	5	1	19
Total	7	17	18	7	4	53

qui-quadrado crítico = 9,488

qui-quadrado calculado = 7,934

Graus de liberdade = 4

Tabela 8.1 - Divisão ortogonal da Tabela 8.

Categorias testadas	Qui-quadrado		
	valor crítico	valor calculado	graus de liberdade
pequenos e médios proprietários e assalariados x	3,841	6,691	1
parceiros e grandes proprietários parceiros x	3,841	0,310	1
pequenos proprietários e assalariados x	3,841	1,038	1
pequenos proprietários x	3,841	-	1
assalariados (1)			

(1) Esta tabela não pode ser testada porque apresenta frequência esperada menor que 1.



Tabela 9 - Nº de mulheres que cuidam dos animais por categoria do entrevistado.

Cuidado das mulheres com os animais	Categoria do entrevistado					Total
	parceiros	pequenos proprietários	médios proprietários	grandes proprietários	assalariados	
cuidam	17	22	9	3	27	78
não cuidam	1	13	11	17	9	51
Total	18	35	20	20	36	129

qui-quadrado crítico = 9,488

qui-quadrado calculado = 31,258

Graus de liberdade = 4

Tabela 9.1 - Divisão ortogonal da Tabela 9.

Categoria do entrevistado	Qui-quadrado		
	valor crítico	valor calculado	graus de liberdade
parceiros, pequenos proprietários e assalariados x	3,841	22,511	1
médios e grandes proprietários x	3,841	4,286	1
grandes proprietários x	3,841	3,847	1
parceiros e assalariados x	3,841	3,010	1
pequenos proprietários x	3,841		
parceiros x	3,841		
assalariados			

Tabela 10 - Número total de entrevistados e número de entrevistados que tem animais.

Número de entrevistados	Categoria do entrevistado					Total
	parceiros	pequenos proprietários	médios proprietários	grandes proprietários	assalariados	
Nº total de entrevistados	18	35	20	20	36	129
Nº dos entrevistados que tem animais	18	32	20	14	32	116
Total	36	67	40	34	68	245

qui-quadrado crítico = 9,488

Graus de liberdade = 4

qui-quadrado calculado = 0,744

Tabela 11 - Nº de esposas que trabalham no campo por categoria do entrevistado.

Trabalho da mulher no campo	Categoria do entrevistado					Total
	parcei- ros	pequenos proprietários	médios proprietários	grandes proprietários	assala- riados	
Trabalha	11	19	5	-	6	41
Não trabalha	7	16	15	20	30	88
Total	18	35	20	20	36	129

qui-quadrado crítico = 9,488

qui-quadrado calculado = 28,850

Graus de liberdade = 4

Tabela 11.1 - Divisão ortogonal da Tabela 11.

Categorias Testadas	Qui-quadrado		
	valor crítico	valor calculado	graus de liberdade
parceiros e pequenos proprietários			
x	3,841	25,561	1
médios e grandes proprietários e assalariados			
parceiros			
x	3,841	0,233	1
pequenos proprietários			
médios e grandes proprietários			
x	3,841	0,266	1
assalariados			
médios proprietários			
x	3,841	5,714	1
grandes proprietários			

Tabela 12 - Nº de mulheres que trabalham tempo integral por categoria do entrevistado.

Trabalho da mulher em tempo integral	Categoria do entrevistado					Total
	parceiros	pequenos proprietários	médios proprietários	grandes proprietários	assalariados	
trabalham	8	7	2	-	-	17
Não trabalham	10	28	18	20	36	112
Total	18	35	20	20	36	129

Qui-quadrado crítico = 9,488

Qui-quadrado calculado = 25,483

Graus de liberdade = 4

Tabela 12.1 - Divisão ortogonal da Tabela 12.

Categorias testadas	Qui-quadrado		
	valor crítico	valor calculado	graus de liberdade
parceiros e pequenos proprietários x	3,841	17,984	1
médios e grandes proprietários e assalariados parceiros x	3,841	3,502	1
pequenos proprietários médios e grandes proprietários x	3,841	-	1
assalariados (1)			
médios proprietários x	3,841	2,105	1
grandes proprietários			

(1) Esta tabela não pode ser testada por apresentar frequência esperada menor que 1.

Tabela 13 - Idade da família por categoria do entrevistado.

Idade da família	Categoria do entrevistado				Total
	parceiros	pequenos proprietários	médios proprietários	assalariados	
até 20 anos	14	13	9	32	68
+ de 20 anos	4	22	11	4	41
Total	18	35	20	36	109

qui-quadrado crítico = 7,815  
 qui-quadrado calculado = 24,674      Graus de liberdade = 3

Tabela 13.1 - Divisão ortogonal da Tabela 13.

Categorias testadas	Qui-quadrado		
	valor crítico	valor calculado	graus de liberdade
parceiros e assalariados x	3,841	23,707	GL = 1
pequenos e médios proprietários			
parceiros x	3,841	1,171	GL = 1
assalariados			
pequenos proprietários x	3,841	0,329	GL = 1
médios proprietários			

Tabela 13.2 - Idade da família e trabalho da mulher por categoria do entrevistado.

Idade da família	Categoria do entrevistado											
	Parceiros			Pequenos proprietários			Médios proprietários			Assalariados		
	Trabalha	Não trabalha	Total	Trabalha	Não trabalha	Total	Trabalha	Não trabalha	Total	Trabalha	Não trabalha	Total
até 20 anos	9	5	14	7	6	13	2	7	9	2	30	32
+ de 20 anos	2	2	4	12	10	22	3	8	11	4	-	4
Total	11	7	18	19	16	35	5	15	20	6	30	36

Qui-quadrado	Valor crítico		0,002		0,069		Esta tabela não pode ser testada por apresentar frequência esperada < 1	
	3,841	3,841	3,841	3,841	3,841	3,841	3,841	3,841
Graus de liberdade	1	1	1	1	1	1	1	1

Tabela 14 - Nº de filhos menores de 5 anos por categoria de entrevistado.

Filhos menores de 5 anos	Categoria do entrevistado				Total
	parcei- ros	pequenos proprietários	médios proprietários	assalariados	
tem	8	11	3	22	44
não tem	10	24	17	14	65
Total	18	35	20	36	109

qui-quadrado crítico = 7,815  
 qui-quadrado calculado = 13,067      GL = 3

Tabela 14.1 - Divisão ortogonal da Tabela 14.

Categorias Testadas	Qui-quadrado		
	valor crítico	valor calculado	graus de liberdade
parceiros e assalariados x	3,841	10,25	1
pequeno e médios proprietários			
pequenos proprietários x	3,841	1,81	1
médios proprietários			
parceiros x	3,841	1,35	1
assalariados			

Tabela 14.2 - Trabalho da mulher e filhos menores de 5 anos por categoria do entrevistado.

Filhos menores de 5 anos	Categoria do entrevistado										
	Parceiros		Pequenos proprietários		Médios proprietários		Assalariados				
	Trabalha	Não trabalha	Trabalha	Não trabalha	Trabalha	Não trabalha	Trabalha	Não trabalha			
tem	4	4	5	6	11	1	2	3	5	17	22
não tem	7	3	14	10	24	4	13	17	1	13	14
total	11	7	19	16	35	5	15	20	6	30	36
Quadrado	Valor crítico	3,841	3,841	3,841	3,841	3,841	3,841	3,841	3,841	3,841	3,841
	Valor calculado	0,751	0,505	0,505	0,505	0,505	0,505	0,505	0,505	0,505	0,505
	Graus de liberdade	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1



Tabela 15 - Idade da Mulher por Categoria do Entrevistado.

Idade da Mulher	Categoria do entrevistado				Total
	parceiro	pequeno proprietário	médio proprietário	assalariados	
-40 anos	12	12	10	33	67
40 e + anos	6	23	10	3	42
Total	18	35	20	36	109

qui-quadrado crítico = 7,815

qui-quadrado calculado = 26,095

Graus de Liberdade = 3

Tabela 15.1 - Divisão ortogonal da Tabela 15.

Categorias Testadas	Qui. quadrado		
	valor crítico	valor calculado	graus de liberdade
parceiros e assalariados x	3,841	21,61	1
médios e pequenos proprietários			
parceiros x	3,841	5,40	1
assalariados			
pequenos proprietários x	3,841	1,31	1
médios proprietários			

Tabela 15.2 - Trabalho e idade da mulher por categoria do entrevistado.

Idade da mulher	Categoria do entrevistado											
	Parceiros			Pequenos proprietários			Médios proprietários			Assalariados		
	Trabalha	Não trabalha	Total	Trabalha	Não trabalha	Total	Trabalha	Não trabalha	Total	Trabalha	Não trabalha	Total
-40 anos	7	5	12	7	5	12	3	7	10	6	27	33
40 e + anos	4	2	6	12	11	23	2	8	10	-	3	3
Total	11	7	18	19	16	35	5	15	20	6	30	36

Quadrado de valor crítico	3,841			3,841			3,841		
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Valor crítico	3,841	3,841	3,841	3,841	3,841	3,841	3,841	3,841	3,841
Valor	0,117	0,123	0,268	0,117	0,123	0,268	0,117	0,123	0,268
Valor	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Esta tabela não pode ser testada por apresentar frequência esperada < 1.

Tabela 16 - Número de filhos por categoria do entrevistado.

119.

	Categoria do entrevistado				Total
	parceiros	pequenos proprietários	médios proprietários	assalariados	
0 - 2	6	19	10	13	48
3 - 5	6	15	9	7	37
6 - 10	6	1	1	16	24
Total	18	35	20	36	109

qui-quadrado crítico = 12,59  
 qui-quadrado calculado = 23,544      Graus de liberdade = 6

Tabela 16.1 - Divisão ortogonal da Tabela 16.

Categorias Testadas	Qui-quadrado		
	valor crítico	valor calculado	graus de liberdade (1)
parceiros e assalariados			
x	5,991	22,018	2
pequenos e médios proprietários			
parceiros			
x	5,991	1,35	2
assalariados			
pequenos proprietários			
x	3,841	0,093	1
médios proprietários			

(1) A soma dos graus de liberdade das tabelas subdivididas somam menos que 6 porque a última teve que ser agrupada para permitir o uso do teste.

Tabela 16.2 - Trabalho da mulher e número de filhos por categoria do entrevistado

Número de filhos	Categoria do entrevistado											
	Parceiros			Pequenos proprietários (1)			Médios proprietários (2)			Assalariados		
	Trabalha	Não trabalha	Total	Trabalha	Não trabalha	Total	Trabalha	Não trabalha	Total	Trabalha	Não trabalha	Total
0 - 2	2	4	6	7	12	19	2	8	10	1	12	13
3 - 5	6	-	6	12	4	16	3	7	10	2	5	7
6 - 10	3	3	6	19	16	35	5	15	20	3	13	16
Total	11	7	18	19	16	35	5	15	20	6	30	36

Qui-quadrado	Valor crítico			Valor observado		
	Liberd.	de	graus	Liberd.	de	graus
	2	1	1	2	1	1
5,991	3,841	5,991	3,841	5,991	3,841	5,991
6,102	5,096	6,102	5,096	6,102	5,096	6,102
2	1	2	1	2	1	2

(1) e (2) no caso dos pequenos e médios proprietários as duas últimas classes de número de filhos foram agrupadas em uma só abrangendo de 3 a 10 filhos, para permitir o uso do teste.

Tabela 17 - Escolaridade da mulher por categoria do entrevistado.

Nº de anos que fre- quentou a escola	Categoria do entrevistado				total
	parceiro	pequeno proprietário	médio proprietário	assalariado	
nenhum	4	14	8	8	34
1 - 2	6	6	2	11	25
3 e +	8	15	10	17	50
Total	18	35	20	36	109

qui-quadrado crítico = 12,59

qui-quadrado calculado = 6,649

Graus de liberdade = 6

Tabela 17.1 - Divisão ortogonal da Tabela 17.

Categorias Testadas	Qui-quadrado		
	valor crítico	valor calculado	graus de liberdade
parceiro e assalariado			
x	5,991	6,213	2
pequenos e médios proprietários			
parceiros			
x	5,991	0,05	2
assalariados			
pequenos proprietários			
x	5,991	0,605	2
médios proprietários			

17.2 - Trabalho e escolaridade da mulher por categoria do entrevistado.

Nº de anos que frequentou a escola	Categoria do entrevistado											
	Parceiros			pequenos proprietários			médios proprietários			assalariados		
	Traba- lha	Não Tra- balha	Total	Traba- lha	Não tra- balha	Total	Traba- lha	Não tra- balha	Total	Traba- lha	Não tra- balha	Total
nenhum	2	2	4	7	7	14	2	6	8	1	7	8
1-2	4	2	6	4	2	6	-	2	2	3	8	11
3 e +	5	3	8	8	7	15	3	7	10	4	13	17
Total	11	7	18	19	16	35	5	15	20	8	28	36

Qui-quadrado		valor crítico	valor calculado	graus de liberdade
5,991	5,991	5,991	5,991	2
0,520	0,490	0,490	0,820	2
2	2	2	2	2

Tabela 18 - Escolaridade do marido por categoria do entrevistado.

Nº de anos que frequen- tou a escola	Categoria do entrevistado				Total
	parceiro	pequeno proprietário	médio proprietário	assalariado	
nenhum	6	15	5	9	35
1 - 2	4	8	9	9	25
3 e +	8	12	11	18	49
Total	18	35	20	36	109

qui-quadrado crítico = 12,59  
 qui-quadrado calculado = 5,358      Graus de liberdade = 6

Tabela 18.1 - Divisão ortogonal da Tabela 18.

Categorias Testadas	Qui-quadrado		
	valor crítico	valor calculado	graus de liberdade
parceiro e pequeno proprietário x	5,991	3,052	2
médios proprietários e assalariados parceiro x	5,991	0,636	2
pequeno proprietário médios proprietários x	5,991	0,224	2
assalariados			

18.2 ~ Trabalho da Mulher e escolaridade do marido por categoria do entrevistado.

Nº de anos que frequentou a escola	Categoria do entrevistado											
	Parceiros			Pequenos proprietários			Médios proprietários			Assalariados		
	Trabalha	Não trabalha	Total	Trabalha	Não trabalha	Total	Trabalha	Não trabalha	Total	Trabalha	Não trabalha	Total
nenhum	4	2	6	8	7	15	1	4	5	2	7	9
1-2	3	1	4	2	6	8	1	3	4	2	9	11
3 e +	4	4	8	9	3	12	3	8	11	2	14	16
Total	11	7	18	19	16	35	5	15	20	6	30	36

Quadrado	5,991	5,991	5,991	5,991	5,991	5,991
de valor crítico	0,828	4,865	0,100	0,432		
liberd.	2	2	2	2	2	2



Tabela 19 - Ascendência da mulher por categoria do entrevistado.

Ascendência da mulher	Categoria do entrevistado				Total
	parceiro	pequeno proprietário	médio proprietário	assala- riado	
brasileira	16	23	9	33	81
estrangeira + (brasilei ra e estran geira)	1	9	8	1	19
Total	17	32	17	34	100

qui-quadrado crítico = 7,815

qui-quadrado calculado = 18,025

Graus de liberdade = 3

Tabela 19.1 - Divisão ortogonal da Tabela 19.

Categorias Testadas	Qui-quadrado		
	valor crítico	valor calculado	graus de liberdade
parceiros e assalariados x	3,841	15,374	1
pequenos e médios proprietários			
parceiros x assalariados (1)	3,841	-	1
pequenos proprietários x médios proprietários	3,841	1,757	1

(1) Esta tabela não pode ser testada por apresentar frequência esperada menor que 1.

Tabela 19.2 - Ascendência e Trabalho da mulher por categoria do entrevistado.

Ascendência da mulher	Categoria do Entrevistado											
	Parceiros			pequenos proprietários			médios proprietários			Assalariados		
	Trabalha	Não trabalha	Total	Trabalha	Não trabalha	Total	Trabalha	Não trabalha	Total	Trabalha	Não trabalha	Total
brasileira	10	6	16	10	13	23	2	7	9	6	27	33
estrangeira + (brasileira e estrangeira)	1	-	1	7	2	9	3	5	8	-	1	1
Total	11	6	17	17	15	32	5	12	17	6	28	34
Qui-quadrado	Valor crítico	3,841			3,841			3,841			3,841	
	graus de liberdade	1	Esta tabela não pode ser testada por apresentar frequência esperada menor que 1		3,056			0,475			Esta tabela não pode ser testada por apresentar frequência <1.	

Tabela 20 - Ascendência do marido por categoria do entrevistado.

Ascendência do marido	Categoria do entrevistado				Total
	parceiros	pequenos proprietários	médios proprietários	assalariados	
brasileira	15	22	11	29	77
estrangeira + (brasileira e estrangeira)	2	13	8	2	25
Total	17	35	19	31	102

qui-quadrado crítico = 7,815

qui-quadrado calculado = 13,153

Graus de Liberdade = 3

Tabela 20.1 - Divisão ortogonal da Tabela 20.

Categorias testadas	Qui-quadrado		
	valor crítico	valor calculado	graus de liberdade
parceiros e assalariados x	3,841	12,823	1
pequenos e médios proprietários parceiros x	3,841	0,401	1
assalariados pequenos proprietários x	3,841	0,128	1
médios proprietários			

Tabela 20.2 - Trabalho de mulher e ascendência do marido por categoria do entrevistado.

Ascendência do marido	Categoria do entrevistado											
	Parceiro			pequeno proprietário			médio proprietário			Assalariado		
	Trabalha	Não trabalha	Total	Trabalha	Não trabalha	Total	Trabalha	Não trabalha	Total	Trabalha	Não trabalha	Total
brasileira	8	7	15	10	12	22	2	9	11	6	23	29
estrangeira + (brasileira e estrangeira)	2	-	2	9	4	13	3	5	8	-	2	2
Total	10	7	17	19	16	35	5	14	19	6	25	31

Quadrado	Valor crítico		Valor de 11- verdade	
	3,841	3,841	1,861	0,893
Esta tabela não pode ser testada por apresentar frequência esperada menor que 1.	3,841	3,841	1,861	0,893
Esta tabela não pode ser testada por apresentar frequência esperada menor que 1.	3,841	3,841	1,861	0,893
Esta tabela não pode ser testada por apresentar frequência esperada menor que 1.	3,841	3,841	1,861	0,893
Esta tabela não pode ser testada por apresentar frequência esperada menor que 1.	3,841	3,841	1,861	0,893

Tabela 21 - Escolaridade do marido e da mulher.

Anos que frequentou a escola	S e x o		Total
	mulheres	homens	
nenhum	34	35	69
1 - 2	25	25	50
3 e +	50	49	99
Total	109	109	218

qui-quadrado crítico = 5,991

Graus de Liberdade = 2

qui-quadrado calculado = 0,00

A N E X O S  
(Questionários)

Questionário Nº \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

(Para Proprietários, Parceiros e Arrendatários)

Entrevistador: \_\_\_\_\_

Para o Marido1. Nome do marido: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_2. Nome da mulher: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3. Ano do casamento (atual): \_\_\_\_\_

4. Local de nascimento do casal e seus pais (Estado, quando brasileiro e país, quando estrangeiro).

Marido		Mulher	
a.		b.	
pai	mãe	pai	mãe
c.	d.	e.	f.

5. Quanto tempo passa na propriedade por ano:

a) marido: \_\_\_\_\_

b) mulher: \_\_\_\_\_

6. Nº de filhos: \_\_\_\_\_

7. Categoria do entrevistado:

- |    |                             |     |    |                              |     |
|----|-----------------------------|-----|----|------------------------------|-----|
| 01 | proprietário                | ( ) | 07 | prop., arrend. e parceiro    | ( ) |
| 02 | parceiro                    | ( ) | 08 | arrendatário e parceiro      | ( ) |
| 03 | arrendatário                | ( ) | 09 | trabalh. assalar. e arrend.  | ( ) |
| 04 | proprietário e arrendatário | ( ) | 10 | traablh. assalar. e parceiro | ( ) |
| 05 | proprietário e parceiro     | ( ) | 11 | posseiro                     | ( ) |
| 06 | Proprietário e assalariado  | ( ) | 12 | outros                       | ( ) |

8. Pessoas que moram na casa:

Nome (1)	Grau de Parentesco (2)	Sexo (3)	Idade (4)	Frequência escola (5)	Escolaridade (6)	tem emprego (7)	remuneração*/mes (8)	remun. no ano: julho/74 a junh/75 (9)	Ajuda na Propriedade**			
									Período (10)	h/d (11)	Atividade desenvolvida (12)	
a.												
b.												
c.												
d.												
e.												
f.												
g.												
h.												
									TOTAL Cr\$ 1.			

\* Não considerar trabalho eventual

\*\* Usar o espaço subdividido se houver períodos de maior trabalho.



## 9. Área da propriedade:

Área possuída e explorada (1)	Total em ha (2)	Terra cultivada (3)	Pastagens (4)	Matas (5)	Impróprias (6)	Outros (7)
a) terra possuída						
b) terra arrendada de outros						
c) terra arrendada para outros						
d) total (a+b-c)						

## 10. A maior renda vem desta propriedade?

---

## 11. Se não explora a terra toda, porque não o faz?

---

## 12. Só para arrendatários e parceiros:

Como é seu contrato com o dono da terra:

a) tipo de contrato: oral ( ) escrito ( )

b) tempo de duração do contrato: \_\_\_\_\_

c) quanto paga de aluguel da terra: \_\_\_\_\_

d) o dono da terra participa dos gastos: \_\_\_\_\_

e) com quanto (em %): \_\_\_\_\_

f) a participação do patrão está prevista no contrato: \_\_\_\_\_

---

## 13. Tem mais propriedades ou negócios?

---

14. Tipo de Cultura:

Cultura (1)	Área em ha. (2)	Produção (3)	Quantidade Produzida				Aluguel** (10)	Preço Unitário (11)	Total recebido ref.4 Cr\$ (12)	Valor prod. consu mida ref.9 Cr\$(13)	Valor prod. total ref.3 Cr\$ (14)
			Vendida (4)	Data (5)	Estocada (6)	Semente (7)					
a. cana											
b. café		*									
c. arroz		*									
d. milho											
e. feijão											
f. horta											
g. fruteira											
i.											
j.											
l.											
m.											
TOTAL Cr\$ n.											

\*Colocar um b na frente se for beneficiado

\*\*Só para parceiros

## 15. Tipo de Criação.

Criação (1)	Nº atual de cabeças (2)	Produção (3)	Quantidade			Preço Unitá- rio (8)	Total rece- bido ref.4 Cr\$ (9)	Valor prod. consu- mida ref.6 Cr\$ (10)	Valor total da produção ref. 3 Cr\$ (11)
			Vendi- da (4)	Dada (5)	Consumida (6)				
a. bovinos leite									
b. corte									
c. cabra									
d. porcos									
e. galinha									
f. leite									
g. ovos									
h.									
i.									
j.									
Total						1.			

16. Ver o tipo de produtos e perguntar se esses produtos foram sempre os mais importantes ou se houve modificações:
- 
- 

17. Nº de assalariados dentro da propriedade, incluindo administradores, contadores, todos que recebem remuneração. (Considerar todos os que trabalharam de julho de 1974 a junho de 1975, mesmo que não estejam mais na propriedade).

Nome	Sexo	Categoria	Horas de trabalho/dia	Tempo de serviço de jul/74-jun/75	Remuneração	Tipo de Atividade
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
a.						
b.						
c.						
d.						
e.						
f.						
g.						
h.						
i.						
j.						
l.						
m.						
n.						

18. Nº de arrendatários, parceiros e empreiteiros dentro da propriedade (não considerar o próprio entrevistado).

Nome (1)	Categoria (2)	Trebalha com a família (3)
a.		
b.		
c.		
d.		

19. Famílias que exploram conjuntamente a terra. (Considerar como unidade a casa onde mora).

Nome do Chefe (1)	Nº de pessoas que moram na casa (2)	Nº de pessoas que trabalham na propriedade		
		tempo integral (3)	Tempo parcial	
			Nº (4)	h/d (5)*
a.				
b.				
c.				
d.				
Total		e.		

\*Em caso de períodos de maior trabalho, calcular a média de horas.

20. a) Precisa de mais trabalhadores? \_\_\_\_\_ b) Quantos? \_\_\_\_\_
21. a) Alguém da casa tem aposentadoria ou recebe renda fixa por mês? \_\_\_\_\_  
 b) quanto recebe? \_\_\_\_\_  
 c) desde quando? \_\_\_\_\_  
 d) de onde vem? \_\_\_\_\_  
 e total (julho/74 a junho/75) \_\_\_\_\_
22. Do que o Sr. consome com alimentação, a maior parte o sr. planta ou compra? \_\_\_\_\_

23. Trabalho da família fora de propriedade. (Só contar trabalho eventual).

Nome (1)	Nº meses (2)	dias/ mes (3)	h/d (4)	Catego- ria (5)	remune- ração (6)	atividade desenvolv. (7)
a.						
b.						
c.						
d.						
e.						
f.						
TOTAL Cr\$					g.	

Para a Mulher:

24. Descrever suas atividades cotidianas.

---



---



---



---

25. Descrever seu trabalho na propriedade durante o ano. (Comparar com a pergunta 8).

---



---



---



---

26. a) a Sra. cuida da horta? \_\_\_\_\_  
b) se sim, quantas horas/dia gasta nisto? \_\_\_\_\_

27. a) a Sra. cuida dos animais? \_\_\_\_\_  
b) se sim, quantas horas/dia gasta nsto? \_\_\_\_\_

Para as que trabalham na propriedade

28. a) Se seu marido pudesse contratar mais empregados continuaria trabalhando? \_\_\_\_\_ b) Porque? \_\_\_\_\_

29. Quais os trabalhos que só os homens fazem? Porque?  
\_\_\_\_\_

Para as que tem trabalho remunerado

30. a) Sua remuneração é igual a dos homens? \_\_\_\_\_  
b) Remuneração -homem \_\_\_\_\_  
c) Remuneração -mulher \_\_\_\_\_

Para as que não trabalham na propriedade ou fora

31. Porque não ajuda na propriedade? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

32. a) Se não tivesse filhos, trabalharia na propriedade ou fora? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

- b) Porque? \_\_\_\_\_

Para todas

33. a) Se morasse na cidade, trabalharia fora? \_\_\_\_\_  
b) Porque? \_\_\_\_\_

34. A Sra. acha que a mulher deveria:

a) fazer só trabalho de casa (doméstico). ( )

b) ajudar também na propriedade. ( )

c) porque? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Para as que trabalham ou já trabalharam

35. a) A sra. trabalhava na roça quando grávida? \_\_\_\_\_

b) Até quantos meses? \_\_\_\_\_

c) E com criança pequena? \_\_\_\_\_

d) Até com que idade da criança a Sra. ficava em cada? \_\_\_\_\_

e) E quando menstruada? \_\_\_\_\_



## 36. Histórico do trabalho

	1º Trabalho (1)	2º Trabalho (2)	3º Trabalho (3)
a. época			
b. lugar (prop. do pai, do marido ou outros)			
c. estado civil			
d. tipo de atividade			
e. categoria			
f. horas/dia			
g. remuneração			
h. interrupções temporárias			
i. causas das in- terrupções (do- ença, gravi- dez, filhos pequenos)			
j. quando parou de trabalhar			
l. porque			

QUESTIONÁRIO Nº \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_  
 (Para Assalariados Fixos) Entrevistador: \_\_\_\_\_  
 Nº do Questionário da Propriedade: \_\_\_\_\_

1. Nome do marido: \_\_\_\_\_
2. Nome da mulher: \_\_\_\_\_
3. Ano do casamento (atual): \_\_\_\_\_
4. Local de nascimento do casal e de seus pais (Estado, quando brasileiro e país, quando estrangeiro).

Marido		Mulher	
a.		b.	
pai	mãe	pai	mãe
c.	d.	e.	f.

5. Nº de filhos: \_\_\_\_\_
6. Perguntar:
  - a) possui horta: \_\_\_\_\_
  - b) se sim, com que área: \_\_\_\_\_
  - c) quem cuida dela: \_\_\_\_\_
  - d) se for a mulher, quantas horas/dia gasta nisto: \_\_\_\_\_
7. a) tem criação: \_\_\_\_\_
  - b) se sim, discriminar quais e o nº de cabeças: \_\_\_\_\_
  - c) quem cuida deles? \_\_\_\_\_
  - d) se for a mulher, quantas horas/dia gasta nisto: \_\_\_\_\_

8. Pessoas que moram na casa:

Nome	Grau de Parentesco	Sexo	Idade	Frequência escola	escolaridade	tem emprego	rendimento mensal*	remun. no ano: jul. /74 a jun. /75	Ajuda na Propriedade**		
									Período	h/d	Atividade Desenvolvida
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
.											
b.											
c.											
d.											
e.											
f.											
g.											
h.											
								TOTAL Cr\$ 1.			

\* Não considerar trabalho eventual.

\*\* Usar o espaço subdividido se houver períodos de maior trabalho.

## 9. Trabalho da família fora da propriedade (só contar trabalho eventual) \*

Nome (1)	Nº de meses (2)	dias/ mes (3)	h/d (4)	Catego- ria (5)	remune- ração (6)	Atividade desenvolvida (7)
a.						
b.						
c.						
d.						
e.						
f.						
TOTAL Cr\$ g.						

\*Levar em consideração trabalho feito em casa para fora, como costura, borbado.

Para a Mulher

10. Descrever suas atividades cotidianas

---



---



---

Para as que tem trabalho remunerado

11. (Interessa saber se a remuneração dos homens difere das mulheres).

a) Qual é a remuneração dos Homens: \_\_\_\_\_

b) Qual é a remuneração das Mulheres: \_\_\_\_\_

Para as que não trabalham fora

12. Porque não trabalha fora? \_\_\_\_\_

13. a) Se não tivesse filhos, trabalharia fora? \_\_\_\_\_ b) Porque? \_\_\_\_\_

---

Para todas

14. a) Se morasse na cidade, trabalharia fora? \_\_\_\_\_

b) Porque? \_\_\_\_\_

15. A Sra. acha que a mulher deveria:

a) fazer só o trabalho de casa (doméstico) ( )

b) ou também trabalhar fora ou para fora ( )

c) porque? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Para as que trabalham ou já trabalharam

16. a) A Sra. trabalhava na roça quando grávida? \_\_\_\_\_

b) Até quantos meses? \_\_\_\_\_

c) E com criança pequena? \_\_\_\_\_

d) Até com que idade da criança a Sra. ficava em casa? \_\_\_\_\_

e) E quando menstruada? \_\_\_\_\_

## 17. Histórico do trabalho

	1º Trabalho (1)	2º Trabalho (2)	3º Trabalho (3)
a. época			
b. lugar (prop. do pai, do marido ou outros)			
c. Estado civil			
d. tipo de atividade			
e. categoria			
f. horas/dia			
g. remuneração			
h. interrupções temporárias			
i. causas das interrupções (doença, gravidez, filhos pequenos)			
j. quando parou de trabalhar			
l. porque			